

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**A ARTE DE RECOMEÇAR:
UMA COMPREENSÃO DA DINÂMICA DAS FAMÍLIAS RECASADAS**

JULIANA MONTEIRO COSTA

ORIENTADORA: PROF^a DR^a CRISTINA MARIA DE SOUZA BRITO DIAS

RECIFE
2008

JULIANA MONTEIRO COSTA

**A ARTE DE RECOMEÇAR:
UMA COMPREENSÃO DA DINÂMICA DAS FAMÍLIAS RECASADAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora, composta pelas Professoras Doutoras Albenise de Oliveira Lima (UNICAP) e Deusivania Vieira da Silva Falcão (USP), como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

RECIFE
2008

C837a Costa, Juliana Monteiro
A arte de recomeçar : uma compreensão da dinâmica das famílias recasadas / Juliana Monteiro Costa ; orientadora Cristina Maria de Souza Brito Dias, 2008.
114 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco, Pró-reitoria Acadêmica. Curso de Mestrado em psicologia Clínica, 2008

1. Psicologia clínica. 2. Família. 3. Recasados. 4. Famílias de pais separados. 5. Família - Aspectos psicológicos. 6. Casamento.
I. Título.

CDU 301.185.1

BANCA EXAMINADORA:

ÁLBENISE DE OLIVEIRA LIMA (UNICAP)

DEUSIVANIA VIEIRA DA SILVA FALCÃO (USP)

CRISTINA MARIA DE SOUZA BRITO DIAS (UNICAP)

AGRADECIMENTOS

À professora Cristina Brito, orientadora da dissertação, pelo apoio, confiança e pela possibilidade de aceitar as transformações ocorridas ao longo do nosso trajeto.

Às professoras Albenise de Oliveira Lima e Deusivania Vieira da Silva Falcão, por todas as sugestões oferecidas na elaboração deste trabalho.

À minha família e meus amigos, pelo carinho e incentivo.

Aos entrevistados, que encontraram tempo em suas agendas, compartilhando comigo suas experiências pessoais.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo investigar como um dos membros do casal recasado, há pelo menos dois anos, vivencia essa experiência. A complexidade e a diversidade presentes na estrutura das famílias recasadas, assim como o aumento constante dessa configuração familiar, indica que o modelo de família nuclear ao qual as famílias recasadas são comparadas não é um parâmetro adequado. A literatura consultada ressalta que as diferenças essenciais entre esses formatos de família devem ser consideradas pelos diversos profissionais que trabalham com as novas configurações familiares. Foi realizada uma pesquisa de campo, fundamentada na revisão da literatura, na qual foram entrevistadas oito pessoas que residiam na cidade do Recife. O grupo de entrevistados foi constituído por cinco pessoas do sexo feminino e três do sexo masculino, todos recasados e com filhos de casamento anterior, quer sejam biológicos ou adotivos. A partir da fundamentação teórica e do discurso dos participantes, foram propostas sete categorias de análise. A avaliação do material obtido mostra que os entrevistados tratam o recasamento como uma união de caráter estável, onde partilham não apenas a residência, mas todas as atividades pertinentes a um casal, num casamento reconhecido por lei. Todos os participantes foram unânimes em afirmar que os quatro primeiros anos de convivência são bastante delicados, exigindo do casal maior flexibilidade, atenção e cuidado para que ocorra uma integração familiar. Observamos, também, uma certa dificuldade entre os membros dessa família quanto ao exercício de seus papéis.

Palavras-chave: família; casamento; recasamento.

ABSTRACT

The present study had the purpose to investigate how one of the members of the remarried couple, for at least two years, leaves this experience. The complexity and diversity presents in the remarried family structure, as well as the constant increase of this familiar configuration, indicates that the model o a nuclear family to which the remarried families are compared it is not an adequate parameter. Consulted literature stands out that the essential differences between these formats of family must be considered by the diverse professionals who work with the new familiar configurations. A field research was made based on a literature review in which eight people who inhabited in the city of Recife. The group of interviewed was constituted by five people of the feminine sex and three of the masculine sex, all remarried and with children of previous marriage, either biological or adoptive. From the theoretical recital and of the speech of the participants, seven categories of analysis had been proposed. The evaluation of the gotten material sample that the interviewed ones deal with the remarriage as an union of steady character, where they share not only the residence, but all the pertinent activities to a couple, in a recognized marriage for law. All the participants had been unanimous in affirming that the four first years of contact are sufficiently delicate, demanding of the couple biggest flexibility, attention and care so that a familiar integration occurs. We observe, also, a certain difficulty between the members of this family how to the exercitate each ones function.

Key-words: family; wedding; remarriage.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. RECASAMENTO: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	13
3. A TEORIA GERAL DOS SISTEMAS APLICADA À FAMÍLIA RECASADA	30
4. REPERCUSSÕES DO RECASAMENTO NO CASAL E NOS FILHOS	47
5. OBJETIVOS E MÉTODO.....	68
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	74
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
8. REFERÊNCIAS	103
9. ANEXO 1.....	108
10. ANEXO 2	108
11. ANEXO 3	109
12. ANEXO 4.....	111
13. ANEXO 5	114

INTRODUÇÃO

“O que vemos hoje não são agrupamentos completos ou famílias intactas, senão apenas vínculos familiares, retalhos dos conjuntos que apareciam em forma solidamente unificada em gerações anteriores”.
(Rojas, 1998, p. 12)

É imperioso conhecermos a família na sua dinâmica e estrutura, nas suas relações internas, nas suas crenças, para podermos validar ou reformular as categorizações e, sobretudo, começarmos a pensar nos novos modelos familiares a partir de dados reais. A coexistência de diferentes arranjos familiares, num mesmo contexto, tem modificado, gradativamente, o conceito de família e provocado um processo de assimilação e construção de novos valores. (CERVENY; BERTHOUD, 1997).

Segundo Bucher (1999), embora a tradição vigente na cultura cristã considere a família ideal aquela formada por um casal estruturado pelo laço do casamento monogâmico com crianças, filhos de sangue ou por adoção, e que vivem na mesma casa, esse tipo de tradição torna-se cada vez mais difícil de ser mantida atualmente, o que explica em parte as grandes transformações na vida conjugal e familiar. Estas mudanças podem ser observadas, por exemplo, na transição do modelo nuclear intacto (pai, mãe e filhos), para a família descasada (pai+filhos e mãe+filhos), e, posteriormente, para a família recasada (pai+esposa/ madrasta + filhos; mãe + esposo/ padrasto+ filhos).

No presente estudo, estamos chamando esse novo casamento de recasamento e a família que se inicia a partir dessa nova união do casal de família recasada. É importante ressaltar que estamos incluindo, sob a mesma nomenclatura, as uniões legais e as consensuais, ou seja, aquelas em que os

parceiros co-habitam formando um novo casal, sem que seja necessária a existência de vínculos legais. Para essa definição recebemos, também, a influência dos autores que pesquisaram o tema e que chamaram o novo casamento de recasamento ou “remarried” em inglês, e a família de recasada ou “remarried family” (SAGER e COLABORADORES, 1983; WOODS, 1987; MCGOLDRICK; CARTER, 1995, BRUN, 1999).

No Brasil, dados fornecidos pelo IBGE (2003), sobre casamentos, separações e recasamentos, demonstram que 15% dos casamentos realizados no país são, na realidade, recasamentos. Esse dado nos mostrou que um número significativo de recasamentos acontece de modo consensual, sem o envolvimento de contrato ou qualquer procedimento legal. Neste sentido, supomos que o número de recasamento no Brasil é consideravelmente maior do que o apontado pelas pesquisas oficiais.

Pesquisas realizadas por Costa, Penso e Féres-Carneiro (1992), indicaram que a passagem de um modelo familiar a outros exige, dos membros da nova família, uma adaptação às mudanças de relacionamento, papéis e estrutura familiar, assim como as demandas do mundo externo. Segundo as autoras, esse processo de transição se caracteriza, na maioria das vezes, como um período de crise, já que a construção familiar não acontece de forma gradativa. O casal recasado não dispõe de privacidade e tempo necessários para a adaptação de uma vida comum, pois os filhos das relações anteriores, de um ou de ambos os membros do casal, já existem e demandam atenção e cuidados.

O recasamento cria, na maioria das vezes, grandes redes familiares, com novos atores e novos papéis, que exigirá primeiro o reconhecimento e a aceitação dos mesmos, depois o desafio de encontrarem novas respostas para um convívio

harmonioso. McGoldrick e Carter (1995), afirmaram que o processo de construção de uma família recasada é tão complexo, que elas passaram a pensá-lo como um acréscimo de uma nova fase no ciclo de vida familiar dos envolvidos.

No que diz respeito à dinâmica familiar, reconstruir um ambiente familiar, no contexto de um novo casamento, significa para homens e mulheres ter que conciliar uma gama de relações potencialmente conflituosas, envolvendo prole de uniões distintas, a nova relação conjugal e a permanência do contato com a(o) ex-parceira(o) em função dos filhos em comum. As ambigüidades, conflitos e redefinições familiares foram expressos, por um grupo de homens e mulheres, recasados e com filhos, residentes na cidade do Recife, que participaram da realização desta pesquisa.

Existem estereótipos e preconceitos acerca de alguns dos papéis das famílias recasadas que, na maioria das vezes, não os auxiliam na busca de novas respostas às novas situações familiares. A revisão da literatura sobre recasamento enfatiza a posição ocupada pela família nuclear, vista como modelo paradigmático ao qual as famílias recasadas são comparadas. Esta comparação, que ocorre tanto socialmente quanto por parte de um número significativo de pesquisadores, põe a família recasada em uma posição pouco privilegiada, e soma-se às possíveis dificuldades de interação entre seus membros.

Em outras palavras, as pesquisas atuais sobre família e terapia de família mostram que a família nuclear é uma das possibilidades de configuração familiar. Sem dúvida, é a possibilidade mais reconhecida e idealizada, a partir da qual as políticas públicas, referentes a famílias, da maioria dos países são elaboradas. Devemos considerar, no entanto, que com o desenvolvimento de pesquisas sobre o

tema, atitudes mais inclusivas, relacionadas às diferentes configurações familiares, podem ser adotadas social e institucionalmente.

Visto a relevância desta temática, nossa proposta, ao longo deste estudo, foi investigar como um dos membros do casal recasado, há pelo menos dois anos, vivencia essa experiência.

A literatura por nós consultada faz uma articulação constante entre as pesquisas iniciais sobre o recasamento e as atuais, o que dá ao leitor uma noção de desenvolvimento e de continuidade no estudo do tema. Além disso, as especificidades das interações entre membros de famílias recasadas são descritas de forma detalhada e as diversas perspectivas envolvidas, direta ou indiretamente na situação de recasamento, também são abordadas.

Por ser um trabalho com leituras experimentais e de grande impacto, estamos ciente de que algo ainda necessita ser dito, mas isto é próprio do limite do trabalho e da nossa via de acesso ao que é conhecer, escrever, elaborar idéias, reescrever nosso dizer.

Acreditamos, entretanto, que a ampliação do conhecimento teórico e prático relativo às características específicas das famílias recasadas contribuirá para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o recasamento e sobre outras configurações familiares que afastam-se do modelo de família nuclear.

Assim podemos dizer que nosso trabalho está dividido em cinco capítulos. Em um primeiro momento contextualizamos o recasamento, trazendo seu conceito e suas características. Em seguida buscamos aplicar a Teoria Geral dos Sistemas (TSG) à família recasada. No terceiro tópico realizamos um trajeto sobre as repercussões do recasamento no casal e nos filhos e no quarto capítulo descrevemos os objetivos geral e específicos, bem como o método utilizado para a

realização da pesquisa: participantes, instrumentos, procedimento de coleta e de análise de dados. O quinto capítulo é dedicado à análise e à discussão dos resultados obtidos na pesquisa que realizamos.

1. RECASAMENTO: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

“Casar novamente representa o triunfo da esperança sobre a experiência”.
(Samuel Johnson, s.d., citado em Visher; Visher, 1998)

Atualmente, não existe um único modelo de família. O sistema familiar contemporâneo está em fase de transformação no seu modelo de organização nuclear tradicional (pai, mãe e filhos vivendo sob o mesmo teto). Hoje, em meio ao acelerado ritmo das mudanças culturais, religiosas, políticas, econômicas e sociais, seria uma incoerência imaginar que a família permanece imutável, cristalizada em valores que não correspondem mais à nossa realidade.

Muitos pensam, entre suspiros nostálgicos, que a família está acabando. Entretanto, o que modificou foi o seu perfil e o traçado de suas relações. Neste milênio, a família se apresenta numa combinação multiforme. É uma família que retrata a diversidade de paradigmas e nos expõe à complexidade da ausência de um único conceito que nos oriente. Ela sofre influências, acompanha seu tempo, se transforma e nos transforma. É a família que cada um de nós cria, vive, constrói, desfruta e, às vezes, também, padece.

O que evidencia hoje o pós-moderno, nas práticas e no discurso sobre o casamento e a família, são características dos processos que Stacey (1990, citada por VAITSMAN, 1994) mostrou, em uma pesquisa realizada na Califórnia, que nas condições de vida atuais não existe mais um modelo dominante de família, pois, nenhuma estrutura ou ideologia surgiu para substituir a família moderna. Combinando estratégias e recursos tradicionais e modernos, as pessoas refazem as suas relações de parentesco em redes denominadas “famílias extensas pelo divórcio”. A autora ainda assinalou que, se existe alguma coisa que se possa chamar de “família pós-moderna”, “não se trata de um novo modelo de vida familiar nem o

próximo estágio numa ordem progressiva na história da família, mas o estágio em que se rompe a crença numa progressão lógica de estágios” (p.18).

O pós-moderno no casamento e na família caracteriza-se pelo fato de que, em circunstâncias contemporâneas, diferentes padrões de institucionalização das relações afetivo-sexuais passaram legitimamente a coexistir, colidir, interpenetrar-se. Entre grupos sociais, como as classes médias urbanas, onde predominavam normas mais rígidas de comportamentos, papéis sexuais dicotômicos, a heterogeneidade e a diversidade impuseram-se como práticas e como discurso. O casamento moderno e a família conjugal moderna, cada vez mais, passaram a conviver legitimamente com uma pluralidade de outros padrões de casamento e família.

[...] família não é passível de conceituação, mas tão somente de descrições; ou seja, é possível descrever as várias estruturas ou modalidades assumidas pela família através dos tempos, mas não defini-la ou encontrar algum elemento comum a todas as formas com que se apresenta este agrupamento humano (OSÓRIO, 1996, p.14).

A citação acima mostra que novas configurações familiares se constituem uma realidade. É o caso das famílias recasadas, que apontam para um redimensionamento de seus limites e para o surgimento de uma nova dinâmica nos vínculos estabelecidos entre seus membros.

O reinvestimento que caracteriza a nova união conjugal e as relações familiares que derivam desta, aparecem na denominação dos novos núcleos familiares a partir do recasamento. Como apontou Wagner (2002), as diferentes nomenclaturas que têm tentado definir estes núcleos, são usadas com o prefixo RE, oriundo do latim, sugerindo a idéia de “novo”, “outra vez”, “repetição”; daí os termos: famílias misturadas, família com padrasto/madrasta, famílias refeitas, recasadas, reconstituídas, reorganizadas, reestruturadas.

Compreendemos que “misturadas” sugere um grau de integração maior do que geralmente é possível, enquanto que famílias “reconstituídas e reestruturadas”

soa como se tudo fosse uma questão de reorganizar as partes da família. Neste trabalho, optamos pelo termo recasada, pois o foco é o novo casamento contraído por um ou ambos os parceiros. Ou seja, é o vínculo conjugal que forma a base para o complexo arranjo de várias famílias numa nova constelação.

Embora a expressão “família recasada” seja utilizada de forma geral para definir um formato de família, a complexidade estrutural e a diversidade de configurações possíveis não nos permitem falar de uma família recasada típica. Sager, Walker, Brown, Rodstein e Crohn (1983) constataram que, se levados em conta fatores como: sexo, casamentos anteriores de ambos os parceiros, a existência de filhos residentes ou não, existem várias configurações possíveis para famílias recasadas. Novos fatos como, por exemplo, o nascimento de um filho dentro do recasamento aumentam esse número. Portanto, decidimos utilizar a definição de família recasada proposta por Visher e Visher (1988, citados por MCGOLDRICK; CARTER, 1995, p.8), por considerá-la, ao mesmo tempo, abrangente e objetiva, a saber: “definimos uma família recasada como um lar onde vive um casal e pelo menos um dos parceiros tem um filho do casamento anterior”.

As famílias recasadas surgiam, sobretudo, devido à ocorrência de uma viuvez. Atualmente, elas aparecem fundamentalmente a partir de situações de divórcio. O que é específico deste tipo de famílias é o fato de serem formadas por pessoas que, num passado mais ou menos próximo, estiveram integradas num outro sistema familiar.

Segundo Waldemar (1996), as estatísticas mostram que o divórcio nos países ocidentais atinge de 30 a 50% dos casais ao longo da vida. A maioria dos que se separam casa novamente, porque o ser humano tem a necessidade básica de laços e conexões.

Na sociedade contemporânea, os indivíduos se divorciam não porque o casamento não seja importante, mas porque sua importância é tão grande que os cônjuges não aceitam que ele não corresponda às suas expectativas. Assim, é justamente a dificuldade desta exigência que o divórcio reflete que, quase sempre, os divorciados caminham para o recasamento. Os homens mais rapidamente que as mulheres (FÉRES-CARNEIRO, 1998, p. 387).

De acordo com o U.S. Bureau of the Census, um estudo realizado por Dahl e colaboradores (1987, citados por MCGOLDRICK; CARTER, 1995), na Universidade de Washington, mostraram que o segundo casamento, que envolve o entrelaçamento de três ou mais famílias, é ainda mais instável que o primeiro, pois 60% deles acabam em novo divórcio. O comentário mais comum é o de que não se estava preparado para enfrentar problemas com o ex-cônjuge e com os filhos dos casamentos anteriores.. As mulheres, em geral, têm mais dificuldade de encontrar parceiros compatíveis.

Visher e Visher (1988, citados por MCGOLDRICK; CARTER, 1995) apontaram que o alto índice recente de divórcios é um fenômeno complexo que deve ser examinado sob vários ângulos. Fatores individuais como a escolha do cônjuge e evoluções pessoais divergentes, que levam à incompatibilidade ao longo da vida, sempre existiram. O que vem mudando, entretanto, é o fato de que as pressões culturais e religiosas já não têm o mesmo poder de condicionar as decisões subjetivas.

Reforçando a idéia dos autores citados anteriormente, Ramos (2003) mostrou que a pós-modernidade privilegia o individualismo e se caracteriza pela velocidade. Buscam-se resultados e respostas imediatos e tudo tem que ser conquistado rapidamente; caso contrário, perde-se o sentido. Nesse contexto, a idéia do descartável, veiculada pela sociedade do consumo, contaminou também a vida da relação conjugal. Assim, sobra pouco espaço para cuidar de um relacionamento que

requer tempo, paciência, desprendimento e solidariedade para ser construído e consolidado. A autora acrescentou, ainda, que se espera muito, tanto do casamento em si, quanto do parceiro ou da parceira. Deseja-se encontrar apoio, proteção, cuidados e reconhecimento. A necessidade de muito receber entra em conflito com a pouca disponibilidade para dar. Aliás, esse é um fenômeno característico dos casais contemporâneos: quem recebe sente que recebe pouco e quem dá acha que dá demais.

Diante desse desafio constante, ao qual o homem e a mulher contemporâneos são submetidos, a busca da realização pessoal é tida como valor prioritário, mesmo implicando um certo sofrimento para as pessoas que amamos, tal como filhos, parentes e amigos (COSTA; PENSO; FÉRES-CARNEIRO, 1992, p. 499).

Por outro lado, essas mesmas autoras assinalaram que constituir um casal demanda a criação de uma zona comum de interação, de uma identidade conjugal. As autoras evidenciam que o casal contemporâneo é confrontado, a todo tempo, por duas forças paradoxais: se, por um lado, os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro, surge a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais.

Toda dificuldade de ser casal reside no fato de o casal encerrar, ao mesmo tempo, na sua dinâmica, duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, de o casal conter dois sujeitos, dois desejos, duas inserções no mundo, duas percepções do mundo, duas histórias de vida, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade, um desejo conjunto, uma história de vida de casal, uma identidade conjugal. Como ser dois sendo um? Como ser um sendo dois? Na lógica do casamento contemporâneo, um e um são três (FÉRES-CARNEIRO, 1998, p.380).

Na compreensão de Seibt (citado por MCGOLDRICK; CARTER, 1995), o divórcio termina com o casamento, mas não com a família. O divórcio reestrutura a família. Um dos aspectos mais gerais é se esperar que valores humanistas de amizade, cooperação e solidariedade sejam predominantes no casamento, que deveria funcionar como uma espécie de oásis afetivo – “lar doce lar” – dentro do

deserto emocional da sociedade mais ampla. Para alguns que casam apaixonados, no entanto, a desidealização pode ocorrer de forma rápida e brutal. A maior parte das separações acontece cedo, inclusive no recasamento. As pessoas percebem logo que, também, na vida íntima pesa a realidade da competição, da inveja, da possessividade, da luta pelo poder, da guerra dos sexos.

Contrastando com a idéia anterior, Wallerstein e Kelly (1996), citaram a amizade entre os cônjuges como o primeiro fator a longo prazo responsável pela qualidade dos bons casamentos. O importante, no processo do divórcio, é deixar os filhos fora do conflito conjugal. Quem se separa é o par amoroso, o casal conjugal, portanto, o casal parental continuará para sempre com as funções de cuidar, de proteger e de prover as necessidades materiais e afetivas dos filhos. É importante que isso possa ficar muito claro para eles.

Costumo afirmar que o pior conflito que os filhos podem vivenciar, na situação de separação dos pais, é o conflito de lealdade exclusiva quando exigida por um ou por ambos os pais. A capacidade da criança e do adolescente de lidar com a crise que a separação deflagra vai depender, sobretudo, da relação que se estabelece entre os pais e destes de distinguir, com clareza, a função conjugal da função parental, podendo assim transmitir aos filhos a certeza de que as funções parentais de amor e de cuidado serão sempre mantidas (FÉRES-CARNEIRO, 1998, p.385).

Apesar de hoje em dia a separação ser mais aceita, ela ainda traz fortes sentimentos de fracasso, raiva e desejo de vingança. Se, por um lado, a carga maior recai para a mulher, que fica com a principal responsabilidade dos filhos e com a maior perda financeira, por outro, o isolamento pode levar mais facilmente o homem à depressão, especialmente se o seu contato com os filhos for pequeno. Somente uma minoria dos pais aproveita a separação para aumentar a interação com os filhos. É comum que, para fugir da culpa e do isolamento, muitos se voltem para o excesso de trabalho ou atividades sociais. A perda do cônjuge desperta grandes temores infantis de insegurança e desamparo, principalmente nos casamentos mais regressivos. (WALLERSTEIN; KELLY, 1996).

Conforme mencionou Féres-Carneiro (1987), a separação conjugal pode ter efeitos construtivos para os membros de uma família, sobretudo, quando o preço para manter o casamento é a autodestruição e a destruição do outro. Quer os pais estejam casados ou separados, o mais importante para o desenvolvimento emocional dos filhos é a qualidade da relação que se estabelece entre os membros da família.

Casamentos, separações, recasamentos, uniões, desuniões e reuniões envolvem nossa história, nosso contexto, nossas pessoas. As gerações se encadeiam e se entremeiam nesse suceder de repetições e transformações, na medida em que temos e somos pais, filhos e cônjuges. A construção do nosso presente e do nosso futuro, o casamento e a separação, em grande parte, dependem de como olhamos para nós e para tudo o que internalizamos do nosso passado, bem como da noção da nossa própria responsabilidade nas escolhas que fazemos e no acontecer das passagens da vida.

Algumas pessoas se recasam, embora continuem casadas com seus antigos parceiros, através de brigas constantes. A ruptura numa separação é como uma tentativa de separar duas folhas que foram coladas e há muito tempo haviam secado. Jamais alguém conseguirá separar as duas folhas sem que uma leve parte da outra. Em uma separação, as lembranças boas e más ficam impressas nas páginas da vida, pois nós somos as nossas histórias, e elas estarão presentes, ajudando e participando da construção de futuros enredos. E como só podemos ver os fatos a partir do nosso ângulo e da nossa posição, as versões de uma só história vão ser diferentes para cada narrador.

Se o casamento não deu certo, a pessoa está diante de novos caminhos, pois, em meio a tantas coisas desfeitas surge a necessidade de refazer-se. Um novo

casamento é, ao mesmo tempo, esperança e desafio. Cada membro dessa família é inventor das regras relacionais que vai adotar. Esta forma de estar em família encontra muitos obstáculos a serem enfrentados, entre eles o de reformular o conceito, as comparações, as leis, os parâmetros e os ângulos através dos quais costuma-se olhar a experiência legítima de cada um para tentar ser feliz de novo.

Acreditamos na importância e na arte de viver uma relação e na possibilidade de um casal se separar e buscar ser feliz num outro contexto familiar. Essas tentativas podem ser frustradas por mutilações e destruições, ou podem ser desenhadas eticamente e, sobretudo, cuidadosamente. Segundo Bernstein (2002), o novo casamento traz à tona aspectos diferentes do self, evocando capacidades alternativas de relação, capacitando para que se contornem as armadilhas do passado, ajudando a aceitação de situações com maior capacidade de negociação.

Ricotta (2002), também, enfatizou que o recasamento representa a coragem daqueles que se dispõem a recomeçar a vida. É a nova chance experimentada com mais maturidade e sabedoria, porque os sujeitos envolvidos no recasamento serão testados ao máximo.

No segundo casamento o casal está mais maduro, mais preparado para um relacionamento de maior reciprocidade, cumplicidade e companheirismo no qual se busca não cometer os mesmos erros do passado, porque as pessoas parecem estar determinadas a aprender com a própria experiência. Pessoas recasadas optam por mudar a forma de vida, visando tornar o casamento mais satisfatório que o primeiro (BERNSTEIN, 2002, p.54).

Para alguns, enfrentar um recasamento exige um precioso tempo de solidão, de ausência de compromisso amoroso. Neste sentido, a pessoa está consciente de que, para construir uma nova união, ela levará consigo os fantasmas das relações anteriores, com a sua história, seus sonhos, com disposição e crença na possibilidade de construir algo diferente, com esperança de renovação e de reparar o que foi destruído.

Concordamos com Naffah Neto (2003), quando destacou que a única possibilidade de o novo casamento ter um recomeço efetivo, abrindo novas chances de amadurecimento para ambos os parceiros, implica a necessária experimentação da dor e elaboração do luto das separações que o antecederam. Se para o parceiro que começa um novo casamento é difícil elaborar o passado do outro por sentir-se excluído, para os filhos de pais separados a maior dificuldade é aceitar esse presente/futuro que envolve a dura realidade da separação, além da convivência com o novo cônjuge do pai/mãe e seus respectivos filhos, que para eles são desconhecidos. Reconhecer essa dificuldade como natural, poder acolhê-la pacientemente e conversar com os filhos, solicitando do(a) parceiro(a) a mesma atitude, é a única maneira eficaz de criar um ambiente receptivo para todos.

Visher citando Dahl (in WALDEMAR, 1996), acrescentou ainda que, nas famílias que funcionam bem, existe muita paciência e as pessoas acostumam-se a ir devagar. É importante resolver os assuntos pendentes dos casamentos anteriores, ajudar os filhos a manterem contato com o genitor que não mora junto, comunicar-se diretamente e aceitar o que não pode ser mudado.

Existem aqueles, porém, que se “atolam” na culpa e na autopunição, entrando rapidamente em outros relacionamentos que só acabam em sofrimento, repetindo os erros que resultam no mesmo final infeliz. Assim, freqüentemente, na busca de alívio para a dor da separação, um dos parceiros ou ambos tentam estabelecer um novo relacionamento e nem sempre dão aos filhos o tempo necessário para elaborar a separação. Quando isso acontece, a nova mulher é vivida como uma pessoa que “rouba” o lugar da mãe, especialmente porque, em nossa sociedade, a maternidade ocupa o lugar do “sagrado”, de pureza e de lugar sublime. Ao mesmo tempo, a nova

mulher sente a presença dos filhos como “intrusos”. Daí usarmos termos como, por exemplo, “madrasta”, que é geralmente associada a uma mulher malvada.

A constatação da inadequação das palavras que nomeiam as relações criadas entre os membros da nova família recasada foi mencionada por Sager e Colaboradores (1983), Visher e Visher (1988), Osório (1996), Bernstein (2002) e Brun (2004). Na opinião de Bernstein (1999), as palavras madrasta, padrasto, enteado(a), etc, freqüentemente suscitam associações como “perversa”, “abusivo”, “maltratado(a)”, “infeliz” ou “não tão boa quanto”. A autora discutiu, ainda, a influência das histórias infantis clássicas no imaginário popular, onde as madrastas eram malvadas e os enteados profundamente infelizes.

Brun (2004), também, atribuiu ao que chamou de “ausência de códigos lingüísticos para o recasamento”, a criação de tensões que prejudicam a acomodação dos membros desta família em seus novos papéis. No plano familiar, não há regras nem indicações, e ainda menos usos e costumes. E começam as indagações: Quem deve garantir o sustento? Quem deve intervir na educação das crianças? Quem deve ficar com o papel disciplinar?

Os papéis ou funções na família recasada não são claramente definidos. Embora as funções de pai, mãe, filhos e irmãos sejam socialmente bastante claras, a sociedade não possui regras claras quanto às funções de padrasto, madrasta e enteados. Sem um vínculo biológico legal, a autoridade de padrastos e madrastas, por exemplo, não tem qualquer respaldo jurídico (KELLEY, 1996).

Nas etapas iniciais da recomposição de uma família com filhos de casamentos anteriores, pode ocorrer uma espécie de divisão da atuação de papéis. É comum que o(a) parceiro(a) que não tem filhos fique desautorizado da sua função de padrasto/madrasta no início do convívio, muito embora, funcionalmente, ele(a)

ocupe o lugar do pai ou da mãe na casa. Padrasto e madrasta não podem esperar que o amor dos enteados ocorra de maneira instantânea. É importante que os pais biológicos tomem as decisões mais importantes, por isso, problemas de disciplina grave devem ser da alçada do genitor e não do padrasto ou madrasta. A relação desses últimos deverá ser pautada na amizade e respeito.

Um dos mitos mais freqüentes é o do amor instantâneo [...] Este amor, se algum dia existir, é fruto de uma longa relação, construída lentamente. O padrasto/madrasta que começa a viver com os seus enteados deve resistir à tentação de ter, inicialmente, um papel activo face a eles. [...] Nesta fase inicial, o papel parental deve ser desenvolvido através da figura parental biológica [e o padrasto/madrasta deve estar preparado(a)] para ser um precioso(a) auxiliar, sem interferir directamente na relação educativa. Com o tempo, e em função da idade dos enteados e da posição dos pais biológicos, o seu papel pode vir a tornar-se mais activo (GAMEIRO, 1998, p. 62-63).

Neste sentido, é preciso ressaltar que, na família recasada, há um tipo diferente de autoridade que não é baseada nas prerrogativas do vínculo biológico (“tem que me obedecer porque eu sou o seu pai ou porque eu sou a sua mãe”), mas ela é baseada numa relação de respeito e no papel que é exercido dentro da nova família. O vínculo amoroso é algo que vai sendo construído cotidianamente, pois é impossível amar alguém por decreto.

Quando o pai e/ou a mãe perdem o “pé” e começam a cobrar e a exigir afeto por meio de reclamações, queixas ou manobras de vítima, o máximo que conseguem é manter os filhos perto pela culpa e, com freqüência, nem ao menos isso, pois as crianças acabam se fechando e se afastando (MALDONADO, 1987, p.187).

Falcke (2002) em seu artigo “Mães e madrastas: quem são estas personagens?”, afirmou que as madrastas são impulsionadas, muitas vezes, a exercer funções maternas, inclusive compensar emocionalmente os enteados pelas perdas que tiveram com o divórcio, a fim de trazer novamente a alegria para aqueles lares tão sofridos.

No primeiro casamento, existe um período inicial durante o qual o casal sem filhos passa por um processo interno de adaptação emocional, ou seja, os cônjuges

levam para o casamento a bagagem emocional, sócio-cultural e, muitas vezes, econômica de suas famílias de origem. Embora possam ter expectativas e desejos diferentes em relação ao casamento, a experiência é igualmente nova para ambos.

No recasamento essa bagagem é acrescida das experiências vividas no casamento anterior, na separação e, até mesmo, no período de transição entre os diferentes relacionamentos. As experiências, neste caso, são completamente assimétricas. Portanto, as famílias do recasamento se vêem, em pouco tempo, envolvidas numa ampla rede de relacionamentos que demandam atenção e cuidado. Há vários níveis de ajuste ocorrendo simultaneamente: o homem com a mulher, um com os filhos do outro, os filhos de ambos entre si e cada um com os seus próprios filhos diante da nova situação, sem contar com a influência dos ex-cônjuges e as modificações do cotidiano e da moradia.

Sabemos que o recasamento envolve um longo percurso, desde as transformações, as mudanças enfrentadas e os diferentes rumos possíveis. A vida envolve separações, perdas e ganhos a cada passagem do desconhecido para o novo. Assim vamos eliminando possibilidades e conquistando novas posições. Esses movimentos não são isolados, alheios e independentes do que nos cerca. Eles afetam as pessoas à nossa volta e são por elas afetados. É por isso que, a questão do tempo na formação da família recasada é bastante complexa.

No primeiro casamento, a complexidade é grande, já que integrará duas histórias pessoais e familiares diferentes num vínculo conjugal que provavelmente gerará filhos. Em casamentos posteriores, a complexidade aumenta enormemente, pois não há só a influência das famílias originais e das histórias pessoais, como também a experiência prévia da vida conjugal, a necessidade de harmonizar visões educacionais de filhos já existentes e que tem pai e mãe, a existência e a interferência dos ex-cônjuges e sua influência direta sobre os respectivos filhos (MALDONADO, 1987, p.181).

Da mesma forma que qualquer configuração familiar, as famílias recasadas “inventarão” sua forma de funcionar e se articular, dispendendo muito tempo e

energia na busca da determinação de suas linhas de conduta e da organização do dia-a-dia familiar. Pesquisando famílias recasadas, Dahl, Cowgill e Asmundsson (1987, citados por MCGOLDRICK; CARTER, 1995) constataram que o sentimento de “pertencer” na família recasada demorou de três a cinco anos para a maioria de seus membros.

A nova situação familiar, mesmo sendo dinâmica, é difícil por ser revestida de complexidade. O momento da recomposição representa uma outra “crise”, um desequilíbrio com sobrecarga de cansaço e preocupação. Como assinalaram Garbar e Theodore (2000, p.169), escrever uma nova história exige tempo, paciência e disponibilidade psíquica.

A família recasada precisa contar com o tempo. Tempo de adaptação, tempo de apropriação, tempo de negociação entre as necessidades do grupo e as necessidades de cada um. A integração à vida familiar não pode ser feita de um dia para outro. A vida afetiva com alguém que não se conhece é algo longo e delicado.

Na perspectiva dos referidos autores, com a multiplicação de divórcios, dos segundos casamentos e coabitações, as relações familiares se encontram extremamente modificadas. A árvore genealógica não cresce mais somente em sentido vertical, mas ocupa um espaço horizontal, às vezes bastante amplo. Nesse sentido, a família recasada pode ser denominada de “mosaico”, ou seja, um “conjunto de elementos justapostos” que congregam entre si: os “meus filhos”, os “seus filhos”, os “nossos filhos”, pai, mãe, padrasto, madrasta, irmãos, meio-irmãos e irmãos postiços.

Os autores citados acima compararam a família recasada com um “mosaico”, porque nos lembram que o conjunto é primeiro fragmentado para ser, posteriormente, recomposto. O mosaico implica, primeiro, que se recolham pequenos elementos, pedregulhos, por exemplo, para juntá-los, num segundo tempo, e montar um conjunto, uma obra que unifica os diversos elementos. Num

primeiro momento, há confusão; num segundo, separação. O terceiro momento é o de inserção, para que cada elemento participe da obra comum, artística por excelência, já que ela é chamada “mosaica”.

Ao esclarecer a utilização da palavra recasamento, Brun (2004, p.23-24) comentou:

A palavra recasamento foi escolhida na ausência de qualquer outra que defina melhor a relação. Mas, assim como as demais, seu significado está longe de expressar a singularidade dessa nova união, atraindo com o prefixo “re”, idéias de repetição, reformulação e recriação. Só encontramos referências que nos levam a pensar em remendo, segunda mão, imitação, reconstituição, palavras e expressões com forte carga negativa. A família nuclear – mãe, pai e filhos – fica sendo vivenciada como a única e verdadeira, valorizada boa e legítima. Tudo que for diferente dessa família padrão é “menos”.

Estudiosos do recasamento (SAGER; WALKER; BROWNH; RODSTEIN; CROHN, 1983; VISHER; VISHER, 1988; CARTER; MCGOLDRICK, 1999) são unânimes em afirmar que muitas das dificuldades enfrentadas pelos membros das famílias recasadas podem ser atribuídas ao fato de a sociedade em geral, as próprias famílias recasadas e até mesmo os terapeutas de família, utilizarem a família nuclear intacta como um modelo a ser seguido ou alcançado. Eles acrescentaram ainda que os próprios pesquisadores estão inseridos numa cultura que coloca a família nuclear na posição exemplar com a qual todas as demais configurações familiares serão comparadas e, como modelo privilegiado pela sociedade, dissemina valores e crenças. À medida que a família recasada permanece não institucionalizada, não há estruturas sociais apropriadas para validá-la e apoiá-la, fazendo com que a família nuclear continue a ser o modelo cultural padrão.

Visher e Visher (1988, in MCGOLDRICK; CARTER, 1995), autores de vários livros e artigos sobre o recasamento, fundaram a “Stepfamily Association of América”, uma associação voltada para pesquisas e para o tratamento de famílias

recasadas. Em seu livro “Old Loyalties, New Ties” (Velhas lealdades, novos laços), afirmaram que um maior conhecimento sobre as relações do recasamento deverá contribuir para que a sociedade tenha uma visão das famílias recasadas como unidades familiares possíveis e viáveis, de estrutura complexa, e não cópias imperfeitas da família nuclear.

Costa, Penso e Féres-Carneiro (1992) também buscaram desmistificar alguns paradigmas. Para elas, o recasamento pode ser uma estrutura relacional nova, não simplesmente uma repetição ou tentativa de construção de uma relação rompida. O padrasto ou a madrasta, inseridos no sistema com um papel específico, são pessoas importantes, no momento em que um delega ao outro a importância na família. Ambos precisam ser parceiros e companheiros e poderão vir a ser educadores responsáveis e protetores dos filhos com o passar do tempo, ainda que exista um pai ou uma mãe oficial.

McGoldrick e Carter (1995) ressaltaram, em seu estudo sobre o ciclo de vida familiar, a necessidade de um paradigma inteiramente novo para a família recasada, que considere a complexidade dos relacionamentos criados pela união do casal. Enquanto um primeiro casamento, que teve seu curso interrompido por morte ou separação, propiciou a união de duas ou mais famílias, um recasamento pode envolver três, quatro ou até mesmo mais famílias. Em um trabalho mais recente sobre o tema, Carter e McGoldrick (1999) afirmaram que o processo de formação de uma família recasada é tão complexo que elas passaram a pensá-lo como o acréscimo de uma nova fase no ciclo de vida familiar dos envolvidos.

A nova família se faz sobre os ciclos vitais interrompidos das famílias anteriores. Quando um ou ambos os membros do par já passou por vários casamentos, a composição de uma família torna-se ainda mais complexa. O que pode facilitar é o amor e a experiência prévia com as dificuldades conjugais que dá a pessoa maior grau de tolerância e disposição para enfrentar as dificuldades que surgem (MALDONADO, 1987, p. 182).

De acordo com Costa, Penso e Féres-Carneiro (1992), a tendência a considerar as famílias separadas ou as famílias recasadas como disfuncionais deve, sem dúvida, ser questionada. Muitas vezes, a literatura enfatiza a dimensão disfuncional na separação e no recasamento e busca as patologias associadas a estas situações. É importante ressaltar que estes núcleos familiares são tão capazes de promover a saúde quanto as famílias do primeiro casamento. As autoras enfatizaram, ainda, que a competência das famílias não depende do fato de serem casadas, separadas ou recasadas, mas da qualidade das relações estabelecidas entre seus membros.

A família recasada tem características próprias e é importante não tomá-la como a família nuclear recriada. Na família recasada, os limites dos subsistemas familiares são mais permeáveis, a autoridade paterna e materna é dividida com os membros da família, assim como os encargos financeiros. Há uma complexidade maior na constituição familiar: às vezes, são oito avós, irmãos, meio-irmãos, filhos da mulher do pai, filhos do marido da mãe. É preciso muita flexibilidade e originalidade para lidar com tudo isso. É importante não interpretar a complexidade das relações que se estabelecem nestas famílias como disfuncionalidade (COSTA; PENSO; FÉRES-CARNEIRO, 1992, p.40).

Esse novo modelo requer a existência de fronteiras permeáveis entre os membros das diferentes famílias, facilitando o ir e vir dos filhos conforme o combinado nos acordos de custódia e visita; a aceitação das responsabilidades e sentimentos envolvidos; o respeito ao ritmo de cada um; a revisão dos tradicionais papéis de gênero na família e a elaboração dos sentimentos de perda da(s) família(s) anteriores, bem como do ideal de família intacta (MCGOLDRICK; CARTER, 1995).

Por fim, o número crescente de casamentos que são seguidos de descasamentos e recasamentos caracteriza uma nova composição familiar. Neste sentido, são tantas as mudanças que vêm ocorrendo no sistema família que se ouve falar em sua extinção como instituição humana. Não obstante, a família parece estar cada vez mais forte, fato evidenciado pela tendência, na contemporaneidade, em

buscar, no refúgio da vida familiar, saídas para o mal-estar que vigora em nossa sociedade.

Lembramos e reafirmamos que os antigos formatos assumidos pela família não desapareceram; eles simplesmente se transformaram nesse todo enredado que se constitui a família de nossos dias. São configurações diferentes, mas nem por isso omissas em sua função de acolher os indivíduos em suas necessidades, tampouco no atingimento de seu objetivo último, que é o de perpetuação da vida humana.

No próximo capítulo abordaremos a família do recasamento dentro de uma perspectiva da Teoria Geral dos Sistemas (TSG).

2. A TEORIA GERAL DOS SISTEMAS (TSG) APLICADA À FAMÍLIA DO RECASAMENTO

“Pertencer a um sistema não é só inerente a qualquer organismo, como também é condição de vida e de continuidade. Não pertencer seria desesperador, por ser essencialmente desagregador”.
(Vasconcellos, 2002, p.76)

A Teoria Geral dos Sistemas (TSG) foi elaborada pelo biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy, no início da década de 20, mas foi somente após a Segunda Guerra Mundial que essa teoria realmente se expandiu. Ela é considerada como uma ciência da totalidade, da integridade ou de entidades totalitárias, até então algo vago, nebuloso, meio metafísico.

A TSG constitui uma ampla abordagem multidisciplinar do conhecimento e postula conceitos que regem os “sistemas”, seja qual for a natureza de seus elementos componentes e as reações de forças reinantes entre eles. “A Teoria Geral dos Sistemas se propôs como uma teoria de princípios universais aplicáveis aos sistemas em geral, quer sejam de natureza física, biológica ou de natureza sociológica” (BERTALANFFY, 1982, p.55-56).

De acordo com Féres-Carneiro (1981, citada por DIAS, 2006) um sistema é uma estrutura composta por um conjunto de elementos ou subsistemas que interatua em busca de um resultado final. Uma de suas finalidades primárias é integrar grande parte dos nossos conhecimentos acumulados num quadro de referência claro e realista. Os teóricos buscam realizar isto através do princípio do isomorfismo, que é a semelhança entre dois modelos ou entre um modelo abstrato e um fenômeno observado (DIAS, 2006).

Segundo Bertalanffy (1982), os métodos científicos tradicionais, baseados na simplicidade (a crença em que, separando-se o mundo complexo em partes encontram-se elementos simples), estabilidade (a crença em que o mundo é estável,

e, portanto, previsível, reversível e controlável) e objetividade (a crença em que é possível conhecer objetivamente o mundo tal como ele é na realidade e a exigência da objetividade como critério para a cientificidade), já não mais serviam para explicar os acontecimentos. Assim, o tratamento por partes mostrou-se insuficiente para a compreensão dos objetos complexos.

Proposta como uma nova disciplina, a TSG buscava, portanto, fornecer um modelo de trabalho que permitisse definir os fenômenos que não encontravam explicações através do reducionismo mecânico da ciência clássica, tradicional ou moderna.

Vasconcellos (2002) considerou o pensamento sistêmico como o “novo paradigma da ciência”, ou seja, como uma forma nova de pensar cientificamente. Trata-se de uma forma de ver e pensar o mundo, e, portanto, de lidar com ele, que é bastante diferente da nossa forma tradicional de pensar ou de conhecer cientificamente o mundo. Ainda de acordo com a autora, o modo de pensar o novo paradigma emergente na ciência contemporânea, implica ter assumido três novos pressupostos, descritos a seguir:

* **Paradigma da complexidade:** partindo da etimologia da palavra, encontramos que complexidade tem origem no latim *complexus*, o que está tecido em conjunto, como numa tapeçaria. Reforçando essa idéia, Morin (1990) referiu-se a um conjunto, cujos constituintes heterogêneos estão inseparavelmente associados e integrados, sendo ao mesmo tempo, uno e múltiplo. Assim, ao contextualizar o fenômeno, ampliando o foco, o observador pode perceber em que circunstâncias o fenômeno acontece, como, por exemplo, se existem relações intra-sistêmicas e inter-sistêmicas. Portanto, verá não mais um fenômeno, mais uma teia de fenômenos interligados e, portanto, terá diante de si a complexidade do sistema.

* **Paradigma da instabilidade:** a crença num mundo estável, num “mundo que já é”, em que as coisas se repetem com regularidade foi revista e hoje se pensa em um mundo instável, um mundo em processo de tornar-se, em transformação contínua e formado por constante auto-organização. Daí se falar em devir, que significa vir-a-ser, tornar-se. Neste sentido, ao distinguir o dinamismo das relações presentes no sistema, o observador visualizará um processo em curso, um sistema em constante mudança e evolução, auto-organizador, e estará, portanto, assumindo a instabilidade, a imprevisibilidade e a incontrolabilidade do sistema.

* **Paradigma da intersubjetividade:** trata-se, aqui, da impossibilidade de um conhecimento objetivo do mundo. Dessa forma, ao reconhecer sua própria participação na constituição da “realidade” com que está trabalhando, e ao validar as possíveis realidades instaladas por distinções diferentes, o observador se inclui verdadeiramente no sistema que distinguiu e estará atuando nesse espaço de intersubjetividade que compõe com o sistema que trabalha. Embora o observador, ou seja, sua subjetividade saia de dentro dos parênteses em que foi colocado pela ciência tradicional, a validação das experiências subjetivas se fará criando os espaços consensuais, nos quais a ciência possa se desenvolver com o novo pressuposto, que é o da intersubjetividade. “Fica claro, então, que esse jamais será um espaço da verdade, mas um espaço de consenso, de acoplamento” (VASCONCELLOS, 2002, p. 140).

Partindo dessa perspectiva, Vasconcellos (2002) defendeu que um cientista ou profissional é sistêmico ou é novo-paradigmático quando vive (vê o mundo e atua nele) as implicações de ter assumido para si esses três novos pressupostos.

Penso ser impossível um cientista adotar qualquer um desses pressupostos epistemológicos sem assumir também os outros. Entre as três dimensões: a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade se estabelece uma conexão não-trivial, isto é, uma relação triádica fechada,

em que se necessita das três para se ter cada uma das três (VASCONCELLOS, 2002, p.153).

Ao adotar, então, uma visão de mundo sistêmica novo-paradigmática, o cientista, o profissional, o homem comum, terá ultrapassado seu paradigma ou sua visão de mundo tradicional. Torna-se relevante dizer que, ao realizar essa ultrapassagem, ao ter-se tornado novo-paradigmático, o cientista resgata e integra a ciência tradicional, porém, o que ele resgata não é mais a mesma ciência tradicional, porque ele próprio já não é mais o mesmo, uma vez que reviu os seus pressupostos e tem agora um novo modo de estar no mundo.

Morin (1990), considerou que na vida diária nos movemos inconscientemente de um caminho explicativo a outro e fazemos isso de acordo com o fluxo de nossas emoções e desejos em nossas relações interpessoais.

O tempo todo estamos vendo o mundo por meio de nossos paradigmas. Eles funcionam como filtros que selecionam o que percebemos e reconhecemos e que nos levam a recusar e distorcer os dados que não combinam com as expectativas por eles criadas (VASCONCELLOS, 2002, p.30).

Assim, além de influir sobre nossas percepções, nossos paradigmas também influenciam nossas ações, fazendo-nos acreditar que o jeito como fazemos as coisas é o “certo” ou “a única forma de fazer”. Conscientizarmo-nos, portanto, de nossos paradigmas e questioná-los requer esforço, o que nem sempre é um processo fácil. Ao contrário, é quase sempre um processo doloroso, difícil e lento, podendo ocorrer somente por meio de vivências, de experiências e de evidências que nos coloquem frente a frente com os limites de nosso paradigma atual.

Nada mais fácil do que usar as premissas que já admitimos há longo tempo e nada mais difícil do que mudar os pontos de partida do raciocínio, modificando conceitos angulares que sustentam a nossa forma de pensar (MORIN, 1990, p.35).

Para Souza (1997), o universo em que vivemos é constituído de sistemas os quais dependem um dos outros. O homem não existe isolado, mas ele está inserido em outros sistemas maiores. Neste sentido, poderíamos dizer que o homem é um

subsistema, que está inserido em uma família, que é um sistema, e que, por sua vez, está inserida na comunidade que é um suprasistema.

A família recasada é um organismo e, como todo e qualquer organismo, possui um ciclo vital. É, por assim dizer, um sistema vivo constituído por partes – os membros dessa família – cujo comportamento e expressão de cada uma das partes influencia e é influenciada pelas demais. Corroborando com este pensamento, Figueirêdo e Dias (1996, p.8) afirmaram que “a conduta de um membro da família influi inevitavelmente sobre os outros membros, e é epistemologicamente errôneo considerar seu comportamento como causa do comportamento dos demais”.

A maneira de pensar dos teóricos sistêmicos torna a Teoria Geral dos Sistemas de grande valor para as ciências humanas, sobretudo no trabalho com família. Convém salientar, porém, que no campo da psicologia, a teoria sistêmica foi apresentada e introduzida a partir da terapia familiar; entretanto, assim como a psicologia não se esgota no enfoque sistêmico, a amplitude fornecida pela teoria sistêmica vai além da psicologia ou da terapia familiar (TONDO, 1998). Não obstante, entender a família recasada do ponto de vista sistêmico, significa vê-la como um todo, compreendendo os indivíduos dentro dos contextos interacionais nos quais funcionam.

Dias (2006, p.2) assinala que um sistema consiste de quatro componentes.

* **Objetos:** são as partes, elementos ou membros do conjunto, podendo ser físicos, abstratos ou ainda ambos, dependendo da natureza.

* **Atributos:** qualidades ou propriedades do sistema e seus objetos.

* **Relações internas entre os objetos:** o sistema possui efeito mútuo, que é qualidade essencial do sistema.

* **Meio ambiente:** o sistema não existe no vácuo, mas ele é afetado pelo meio ambiente.

A existência de interação ou de relações entre os componentes é, então, um aspecto central que identifica a existência do sistema como entidade, distinguindo-o de um simples aglomerado de partes independentes umas das outras. Quanto menores forem os índices de interação, tanto mais o sistema se parecerá a um conjunto de elementos independentes (VASCONCELLOS, 2002).

A caracterização de sistema aberto, sistema fechado e sistema semi-aberto são outros conceitos pertinentes à Teoria dos Sistemas Geral. De acordo com Tondo (1998), um sistema aberto é aquele que se comunica com outros sistemas, fazendo importação ou exportação de qualquer material, ou seja, permuta matéria, energia ou informação com o meio. Corroborando com esta idéia, Dias (2006, p.2) disse que “o sistema aberto é orientado para a vida e o crescimento. Os sistemas biológicos, psicológicos e sociais obedecem a esse modelo e a TSG se ocupa deles. A família é, portanto, um sistema aberto”.

Diferentemente, o sistema fechado é aquele que não realiza intercâmbio com o meio. “O sistema fechado está orientado para o progressivo caos interno, desintegração e morte. Tal modelo se aplica aos sistemas físicos” (DIAS, 2006, p.2). Por sua vez, o sistema semi-aberto é aquele que realiza trocas seletivas, ou seja, com uma série de regras com os demais sistemas, analisando aquilo que entra e sai.

Sabemos que os sistemas humanos são considerados sistemas abertos, já que as trocas com o meio são fundamentais para a sobrevivência no ambiente, não obstante, entendemos que todo e qualquer modelo familiar possui um estado contínuo e alternado de abertura e fechamento. Em alguns momentos, a família recasada realiza trocas com o sistema maior na qual está incluída, e, portanto,

nesse momento ela pode ser caracterizada como um sistema aberto. Em outras ocasiões, contudo, a família do recasamento sente a necessidade de se fechar para o meio, adquirindo então a característica dos sistemas fechados. Em outros momentos, ainda, tudo aquilo que entra e sai da família recasada passa por um processo de seletividade, o que caracteriza um sistema semi-aberto.

McGoldrick e Carter (1995) salientaram que as famílias são sistemas abertos, mas que só permitem a entrada de novos membros através do nascimento, casamento e adoção e só os deixa sair através do divórcio e da morte, se é que isso realmente ocorre, pois muitos membros, ainda que morram ou saiam da família, continuam fazendo parte da vida de seus familiares.

Partindo da compreensão de que a família recasada é um sistema aberto e, portanto, sempre em processo dinâmico, Bertalanffy (1982) propõe que ela também opera de acordo com certas propriedades. Segundo Dias (2006), essas propriedades, ao invés de se excluírem mutuamente, são dinâmicas, se inter-relacionam, ajudam a definir-se e acontecem ao mesmo tempo. De acordo com a autora, as propriedades dos sistemas abertos são as seguintes:

- 1. Globalidade ou totalidade;**
- 2. Interdependência ou não-somatividade;**
- 3. Hierarquia;**
- 4. Auto-regulação e controle ou retroalimentação;**
- 5. Intercâmbio com o meio ambiente;**
- 6. Equilíbrio ou homeostase;**
- 7. Mudança e adaptabilidade;**
- 8. Equifinalidade.**

A partir de agora, tentaremos descrever cada uma dessas propriedades, relacionando-as com a família recasada.

1. Globalidade ou totalidade - de acordo com esta propriedade o sistema é um todo único e as partes desse conjunto estão relacionadas de tal maneira que se houver uma mudança em uma das partes o todo se altera (DIAS, 2006). Partindo desse ponto de vista, visualizamos o sistema como um conjunto de unidades em inter-relações mútuas.

É preciso ressaltar, porém, que antes da família recasada ser um grupo que forma um todo, ela é composta por membros com singularidades diferentes, portanto, o comportamento de todo indivíduo dentro desse grupo familiar está relacionado e depende do comportamento de todos os outros. De acordo com essa noção de todo integrado, o “comportamento do todo é mais complexo do que a soma dos comportamentos das partes”, de modo que “os acontecimentos parecem implicar mais que unicamente as decisões e ações individuais” (BERTALANFFY, 1982, p. 24).

Concordamos com Minuchin e Nichols (1995) quando eles afirmaram que as famílias do recasamento são ricas em possibilidades de competição e conflito, ciúme e ressentimento, e de amor renascido. No entanto, para que essa riqueza possa ser transformada em vantagem, é necessário respeitar a integridade de cada um dos novos membros. Embora seja bom querer ser “uma grande família feliz”, a maioria das famílias recasadas é constituída de muitas partes, subgrupos distintos que precisam de tempo para partilhar confidências, brigas, resolver problemas, trabalhar em projetos e funcionar juntos. É a partir destas características que a família

recasada poderá se transformar em um todo global. Esta propriedade está intrinsecamente relacionada à descrita a seguir.

2. Interdependência ou não-somatividade - consiste no fato de que um sistema não pode ser considerado simplesmente como a soma de suas partes. A descrição dos comportamentos possíveis de um elemento é inadequada se não descreverem as coerções exercidas sobre essas possibilidades pelo sistema de que ele faz parte. É impossível também descrever o sistema considerando apenas características específicas de cada um de seus elementos individuais. É imprescindível, portanto, que se coloque o foco nas relações. Zimerman (2002, p.22) afirmou que “a maneira como as diversas partes estão integradas e estruturadas no todo é mais importante do que cada uma delas isoladamente, por mais importantes que elas possam ser”.

A família recasada é um sistema complexo, multifacetado e emocional, no qual cada membro tem diferentes perspectivas, valores, necessidades e habilidades. Assim, cada membro da família recasada tem um potencial único e é impossível ver as partes do todo como entidades isoladas; da mesma maneira, o todo não pode ser entendido apenas pelas características das partes, pois ele é mais do que a soma de seus membros. Segundo Tondo (1998), pertencer a uma família recasada significa um ilimitado número de vivências de possibilidades de aprendizado, de regras, de mitos, de rituais, etc. O passado familiar está continuamente sendo reatualizado nas possibilidades de relações atuais entre os seus membros.

3. Hierarquia - postula que o sistema é composto por uma série de níveis de crescente complexidade. A hierarquia pressupõe que uma mesma parte ou membro

do sistema pode ser classificado de superior (independente) e, ao mesmo tempo, inferior (dependente) dependendo do ponto de referência tomado.

Todo sistema precisa ter hierarquia, isto é, voz de comando para não correr o risco de se desorganizar. “Todo sistema pressupõe uma organização: é a organização que conecta as idéias de inter-relação e sistema; é ela que permite que exista uma certa estabilidade entre as relações” (TONDO, 1998, p.55).

Na família recasada há também uma série de papéis a serem desempenhados por seus membros. Vale ressaltar, porém, que na família do recasamento há uma complexidade maior na constituição familiar, pois como assinalaram Garbar e Theodore (2000), o sentido de crescimento da árvore genealógica não aponta apenas para o vertical, mas também horizontal, conduzindo à construção de uma rede bastante ampla.

Dentro dessa perspectiva, é fundamental que se estabeleça uma revisão dos papéis sexuais tradicionais, pois as velhas regras do casamento anterior já não mais se aplicam ao novo casamento (CARTER, 1995). De acordo com a autora, essa revisão de papéis implica também que, especialmente no começo, cada um dos cônjuges seja responsável pela criação e educação de seus próprios filhos biológicos, se possível com a ajuda do ex-cônjuge. A relação entre os filhos com os novos “pais” deve ser definida por estes últimos, levando em conta a idade das crianças, as circunstâncias do divórcio e os desejos das pessoas envolvidas.

Minuchin (1982) enfatizou que a inversão da hierarquia é a grande força destruidora da estrutura familiar. Reordenar hierarquias confusas é uma das metas para se alcançar a saúde da família.

4. Auto-regulação e controle ou retroalimentação - esta propriedade consiste no fato de que um sistema regula seu comportamento a fim de realizar suas metas e seus propósitos. “Regular é gerar níveis de metaestabilidade, para além de, e como produto de uma mudança constante em outros níveis de funcionamento do sistema” (VASCONCELLOS, 2002, p. 220).

A retroação ou “feedback”, como também pode ser chamada essa propriedade, é o movimento que se dá na comunicação quando este retorna ao seu emissor.

Todo sistema é regulado pelo mecanismo de “feedback”, que pode ser positivo ou negativo. O “feedback” negativo ocorre quando, no processo comunicacional não existem alterações, ou seja, tudo permanece igual. De maneira oposta, o “feedback” positivo é aquele que em seu processo ocorrem modificações, ou seja, conduz a mudanças, à perda da estabilidade ou do equilíbrio nas relações do sistema.

Acreditamos que a família recasada deveria incorporar ambos os “feedbacks”, positivo e negativo, já que isso lhe proporcionaria tanto a manutenção do equilíbrio, como a ocorrência da aprendizagem e do crescimento.

Dias (2006) destacou que o próprio sistema se retroalimenta e é pela retroalimentação que as partes do sistema mantêm-se unidas. Assim, o sistema é circular, e parte da saída de um sistema volta a introduzir-se nele como informação acerca de dita saída, sendo o input (o que entra no sistema) determinado pelo menos em parte pelo output (o que sai do sistema). Na família recasada podemos dizer que o divórcio seria um output, enquanto que o recasamento seria um input.

5. Intercâmbio com o meio ambiente – Diz que as trocas são fundamentais à sobrevivência no ambiente. Portanto, todo sistema aberto para manter a sua integridade e funcionamento deverá estar sempre em contato com o meio, afetando-o e sendo afetado por ele.

Todo indivíduo, a partir de seu nascimento, está relacionado a vários grupos. É através dos pertencimentos ou não a diferentes grupos que cada um forma sua personalidade e se insere na cultura. De acordo com Osório (1996) a família é o ponto de tangência entre os fatos biológicos e os culturais.

Sociologicamente, a família é vista como um agente primário de socialização – a primeira unidade de um ser humano. Psicologicamente, a família é apresentada como o local privilegiado para possibilitar um desenvolvimento saudável para as crianças, oferecendo-lhes segurança e afeto e preparando-as para a integração na sociedade (GOMES, 1995, 273).

A citação acima nos transmite a idéia de pertencimento, de inclusão na família de origem, pois antes de termos uma identidade própria, somos reconhecidos por pertencermos a uma família.

Quando pensamos no processo de inclusão e exclusão familiar nas famílias recasadas, estamos pensando no que os teóricos de orientação sistêmica chamam de fronteiras, conceito elaborado especificamente na teoria estrutural. Segundo Minuchin (1982), o termo fronteira refere-se aos fatores que contribuem para o senso de identidade familiar. É o que diferencia os membros do grupo dos outros. O autor acrescentou, ainda, que as fronteiras podem ser objetivas como as paredes ou muros de uma residência que nos separam de nossos vizinhos, ou subjetivas, tais como as fronteiras que definem o grau de intimidade e proximidade física que os membros da família têm uns com os outros.

As fronteiras não são sistematicamente concebidas como barreiras, mas sim como “o lugar de relação” ou “o lugar das trocas” entre sistema e ambiente. Hoje, numa perspectiva sistêmica novo-paradigmática, concebemos tanto o sistema quanto suas fronteiras como resultantes de distinções do observador (VASCONCELLOS, 2002, p.207).

Ao analisarmos as fronteiras da família recasada, tomamos como ponto de partida o casamento anterior e a separação conjugal, capítulos de grande relevância que precedem a história do recasamento. Novas uniões implicam na formação de novas famílias, com a inclusão e a exclusão de parentes, mais ou menos próximos, provindos de casamentos anteriores.

A família recasada é um sistema vivo, e, conseqüentemente, um sistema aberto que possui fronteiras que separam o seu interior do ambiente à sua volta. Neste sentido, é importante frisar que essas fronteiras não devem ser rígidas, ou seja, elas precisam ter um certo grau de permeabilidade, que permita algumas entradas e saídas.

Existem famílias que se caracterizam por uma permeabilidade intra-sistêmica (troca entre seus membros) e/ou por uma permeabilidade inter-sistêmica (abertura que possibilita trocas com outros sistemas). Há outras ainda que se caracterizam por uma impermeabilidade, ou seja, funcionam ainda de maneira fechada, mantendo isolamento com os demais sistemas.

Acreditamos que para ocorrer, na família recasada, um intercâmbio satisfatório com o meio ambiente, é preciso que haja a existência dessas fronteiras permeáveis em torno da nova família, de modo que os membros possam transitar facilmente segundo o que foi acordado. Isso evitaria a construção de uma família “emaranhada” (onde o sentimento de pertinência exige uma renúncia muito grande da autonomia de seus membros e isso faz com que suas habilidades cognitivo-afetivas sejam inibidas, para que permaneçam unidas) ou de uma família desligada (que possibilita uma grande liberdade a seus membros, e oferece pequena sensação de pertinência e pouco apoio, apoio esse que só é conseguido em situações de estresse máximo) e possibilitaria a edificação de um canal de

comunicação entre os ex-cônjuges, entre pais e filhos biológicos, pais e enteados, meio-irmãos, avós, e outros parentes.

A intensidade e a repetição de determinado tipo de fronteira é que poderá se tornar causa de conflito ou de patologia, ou até mesmo de sua destruição. Há uma necessidade de ordem nas trocas, tanto entre os pares do sistema como entre eles e o ambiente (MINUCHIN, 1982).

6. Equilíbrio ou homeostase - corresponde ao funcionamento do sistema para manter-se/ equilibrar-se e não se desestruturar (DIAS, 2006). Existem algumas forças dentro do sistema que buscam atingir esse equilíbrio, tornando-se, portanto, resistentes a qualquer mudança que ponha em risco a homeostase do mesmo. Quando isso acontece, o funcionamento dos sistemas adquirem imobilidade e estagnação, tornando-se rígidos mecanismos homeostáticos.

A desordem é tão constituinte do sistema quanto a ordem. Mas deve-se compreender que as forças de ordem e de organização precisam resistir e serem mais fortes que as da desordem, pois o sistema, para existir, necessita poder criar e manter certas regras e normas que o legitimem no tempo e no espaço. Ordem e organização, em um sistema em funcionamento são mais fortes que a desordem, porém não chegam a eliminá-la (TONDO, 1998, p.55).

Compreendemos, portanto, que nem sempre o equilíbrio é indicativo de algo saudável, pois há momentos em que algumas famílias mantêm o equilíbrio mesmo com um de seus membros doentes, a fim de que as coisas continuem funcionando como sempre foram. Neste sentido, estamos de acordo com Cerveny (2000, p.26) quando descreveu que “há uma tendência da família em manter um padrão de relacionamento e empreender operações para impedir que haja mudanças nesse padrão de relacionamento já estabelecido”.

A família recasada, como um novo sistema humano, precisa de algum tempo para atingir esse equilíbrio. Segundo Carter (1995), a nova família precisa ter

maturidade e flexibilidade para lidar com as novas situações; assim, deverá partir para o estabelecimento de fronteiras permeáveis em torno de seus novos membros para que esses possam transitar facilmente, assim como aceitar os sentimentos dos novos membros envolvidos neste novo processo. A partir daí, podemos vislumbrar uma nova perspectiva da família recasada, e, conseqüentemente, a aquisição, por parte desta, de um certo nível de homeostase.

7. Mudança e Adaptabilidade – à medida que o ambiente muda, os sistemas abertos, desde que suas características estruturais o permitam, também mudam, no sentido de manter sua relação com o ambiente. Costuma-se dizer que, nesse caso, o sistema muda (mudança de primeira ordem) para não mudar, para se manter o mesmo. Chama-se mudança de primeira ordem porque não implica mudanças substanciais nas regras do sistema, na forma de relação de seus elementos. Essa mudança garante a morfostase (manutenção do “status quo” do sistema).

Por outro lado, os sistemas abertos criam-se a si próprios em resposta aos desafios do ambiente. A autocriatividade é considerada como uma resposta do sistema a condições do ambiente que não podem ser enfrentadas com a estrutura existente. Nesse sentido, essa característica dos sistemas abertos é uma pré-condição para a evolução, o desenvolvimento e o progresso. Essa é a tendência dos sistemas abertos para a automudança, para que o que se costuma considerar como a verdadeira mudança, uma mudança de segunda ordem. Chama-se segunda ordem porque implica novas regras ou um salto qualitativo no funcionamento do sistema. Esse é, portanto, o tipo de mudança que viabiliza a morfogênese (mudança da estrutura do sistema).

A morfogênese, aspecto da mudança de estrutura, é descrito por Cerveny (2000, p.26) da seguinte maneira:

Por sua grande adaptabilidade e flexibilidade, os sistemas têm a capacidade de autotransformação de forma criativa. A família tem potencial para mudança e a morfogênese designa uma mudança dentro da ordem estrutural e funcional do sistema, de modo que este adquira nova configuração qualitativamente diferente da anterior.

Esta terminologia é usada para sistemas mais complexos, como, por exemplo, os sistemas sócio-culturais. Sendo assim, “os sistemas mais avançados devem ser capazes de efetuar mudanças e de se reordenarem à base das pressões ambientais” (DIAS, 2006, p.4).

A família recasada e o contexto sócio-cultural são sistemas abertos, em constante troca com o meio ambiente. Assim, a família do recasamento tem que se adaptar às mudanças sócio-culturais, ou então ela se extinguirá. Da mesma maneira, o contexto sócio-cultural também é afetado pelas mudanças ocorridas na família recasa e, por isso, precisa também se adaptar a ela.

8. Equifinalidade.- significa que uma das características dos sistemas abertos é que diferentes caminhos ou pontos de partidas podem levar a um mesmo resultado final; da mesma maneira, o mesmo acontecimento ou fonte pode produzir diferentes resultados. Tal fato não acontece com os sistemas fechados, onde as condições iniciais determinam inegavelmente o seu produto final.

O sistema adaptável, que tem por meta um resultado final, pode alcançá-lo de acordo com várias condições ambientais diferentes. O sistema é capaz de processar os dados recebidos - inputs de diferentes maneiras a fim de produzir os resultados - outputs (DIAS, 2006, p.3-4).

Relacionando as propriedades de retroalimentação e equifinalidade com a família recasada, podemos verificar que algumas famílias podem absorver grandes reveses e até convertê-los em motivos de reagrupamento e solidariedade, enquanto outras parecem incapazes de suportar a crise mais insignificante.

Neste sentido, a família recasada pode começar bem, desde que o casal não pense em unir duas histórias fragmentadas esperando encontrar uma complementaridade. Ele precisa aprender a construí-la, e para isso cada um dos seus subgrupos precisa de uma fronteira permeável para que os relacionamentos possam crescer e se desenvolver satisfatoriamente.

É importante também que o novo casal acredite na capacidade de reconstruir uma nova família. Ter esperança é um sentimento fundamental para o ser humano e as expectativas nada mais são do que uma forma de obtê-la.

Partindo dessas informações, no próximo capítulo serão discutidas as repercussões do recasamento no casal e nos filhos.

3. REPERCUSSÕES DO RECASAMENTO NO CASAL E NOS FILHOS

“Senhoras e senhores, apertem os cintos que o recasamento vai ter turbulências. Mas não se desesperem! Também teremos, sem dúvida, belos céus de brigadeiro!”
(Gladis Brun, 2004, p.15)

Este capítulo tem o intuito de sugerir um olhar sobre a turbulência decorrente dos afetos desfeitos e refeitos nas famílias do recasamento. Propõe um outro ângulo de observação para que se possa compreender a intensidade dos sentimentos envolvidos. Um ângulo que se afasta da leitura perpassada por conceitos associados à patologia, para assumir uma perspectiva ligada à idéia da complexidade dos desafios.

Segundo Nunes (1997), a família surgiu como um espaço privilegiado na busca de novas alternativas para que os opostos pudessem vir a se tornar complementares. O primeiro casamento é um sonho que assumiu um papel mítico socialmente construído. Ele significa a união de duas famílias, podendo ser o seu ciclo de vida familiar rompido através da morte de um dos cônjuges (casamento religioso) ou por motivo de uma separação (casamento civil).

É impossível falarmos sobre as repercussões do recasamento no casal e nos filhos sem antes nos reportarmos ao tema divórcio e viuvez. Vale salientar, porém, que apesar da viuvez ser um dos fatores que propicia o recasamento, nesta dissertação será explorado apenas o tema divórcio.

Um segundo casamento reconhecido por lei só se tornou possível no Brasil a partir de 1977, depois de uma longa batalha política, quando o divórcio foi instituído. Brito (1993), comentou que os juristas brasileiros são unânimes em afirmar que a Lei 6515 de 26 de dezembro de 1977, conhecida popularmente como a Lei do Divórcio, “foi a mais relevante nos tempos atuais, no que diz respeito ao direito de família no

Brasil” (BRITO, 1997, p.56). Até então o recasamento era um “ajuntamento”, que até a década de 60 e início dos anos 70 não era socialmente aceito, principalmente nas camadas média e alta da população. Para minimizarem o preconceito de não terem suas uniões oficialmente reconhecidas, os separados, chamados então de desquitados casavam no exterior, freqüentemente no Uruguai, apesar de tais casamentos não serem legalmente reconhecidos no Brasil. A sociedade brasileira estigmatizava não apenas o indivíduo desquitado, como, também, seus filhos (WOODS, 1987).

O divórcio não surgiu, no Brasil, como um dispositivo legal que poderia ser acionado quando o desejo de separar-se fosse manifestado legalmente pelo casal, ou que permitisse a dissolução de um contrato civil – o casamento – entre dois adultos, protegendo seus direitos e o de seus filhos. Sua obtenção era precedida de dois anos de separação judicial ou cinco anos de separação de fato. Atualmente, depois de algumas emendas na Lei, o divórcio tornou-se instrumento jurídico mais ágil, facilitando a possibilidade de um recasamento legalmente reconhecido. Neste sentido, enquanto esperava pela aprovação da lei do divórcio, a sociedade brasileira foi se modificando e a união informal entre os casais foi se tornando, cada vez mais, comum e aceita.

Muito embora o divórcio possa ser, às vezes, a melhor solução para um casal cujos membros não se consideram mais capazes de continuar tentando ultrapassar suas dificuldades, ele é sempre vivenciado como uma situação extremamente dolorosa e estressante. “Um buraco negro se abre no nosso psiquismo e um turbilhão de sentimentos, emoções e lembranças nos invade a todo momento” (MATARAZZO, 1992, p.119).

Há muitas diferenças na dor de abandonar ou de ser abandonado. Para quem tomou a decisão é uma questão crucial. De qualquer forma, a tomada de decisão é um processo longo. Os estudos mostram que as pessoas levam de seis meses a dois anos para romper uma ligação, um casamento (MCGOLDRICK; CARTER, 1995). São tantos os fios que precisam ser cortados...são tantas as hemorragias que precisam ser estancadas... Trair ou abandonar gera culpa. Ser traído ou abandonado pode trazer desespero, raiva contida, medo da vida.

Caruso (1989) admitiu que estudar a separação amorosa significa investigar a presença da morte na vida. Referindo-se ao ditado francês “partir c’est mourrir un peu” (partir é morrer um pouco), ele afirma que na separação há uma sentença de morte recíproca: “o outro morre em vida dentro de mim e eu também morro na consciência do outro” (p.75).

O divórcio afeta os membros da família em todos os níveis geracionais, provocando uma crise para a família como um todo, e, em cada indivíduo em particular. O divórcio é o maior rompimento no processo do ciclo de vida familiar, aumentando a complexidade das tarefas desenvolvimentais na família (KASLOW; SCHWARTZ, 1995, p.67).

Logo depois da separação, muitos vêem um novo casamento como a única solução; entretanto, com o passar do tempo, ao descobrir as compensações e os privilégios do mundo dos descasados, podem ficar tentados a permanecer nele para sempre. Na verdade, este mundo não é um substituto do casamento, mas é, sobretudo, um campo de treinamento para uma nova experiência.

Apesar do fracasso dos seus casamentos anteriores, alguns descasados sentem falta da intimidade, do companheirismo. Praticamente, quase todos os que se divorciaram amaram seus parceiros durante algum tempo, mesmo que de forma imperfeita, e até certo ponto foram correspondidos. Para a maioria, o erro não foi casar, mas seu próprio casamento (MATARAZZO, 1996).

Poucos são aqueles que têm certeza a respeito de com quem querem se envolver. Há aqueles que acreditam saber que tipo de pessoa estão procurando, mas a maioria só consegue ser clara a respeito de quem quer evitar. Alguns são mais exigentes do que na primeira vez, outros menos, pois sabem que vão encontrar e ser capazes de tolerar muitas imperfeições em qualquer pessoa que vierem a amar. E ainda existem os que têm um conhecimento melhor de si mesmo agora, têm uma noção mais clara da sua própria força e fraqueza e, portanto, do que precisam. Para estes, os destroços do amor são uma prova de que o amor existiu e que nada impede que possa ser reconstruído.

Entretanto, a viagem de volta nunca é fácil, mas ela é particularmente difícil e acidentada para os descasados. Eles sabem quantas complicações existem em suas vidas, quantas possibilidades de desacordo, desencanto, desencontro. Dessa maneira, alguns terminam agarrando-se um ao outro, outros vão enfrentando os obstáculos, superando-os, mas só aqueles que compreenderem e aceitarem suas limitações serão capazes de criar, ao longo do tempo, relações verdadeiramente duradouras.

Uma das melhores possibilidades que o novo casal tem de iniciar de forma saudável e construtiva a relação a dois, é por meio da verdadeira intimidade, que é construída e obtida pelos conflitos e alegrias que vivenciam juntos e que são compartilhados. Nesse sentido, quanto antes o casal recasado consegue ficar livre da ideologia do “casal perfeito”, dos estigmas e preconceitos que cercam a vida de casado, mais cedo poderá trabalhar sua intimidade e realmente se constituir uma nova família (CERVENY; BERTHOUD, 1996, p.59).

Segundo Brun (2004, p.20), do casamento ao divórcio e do divórcio a uma nova união entre um homem e uma mulher, passos importantes são dados, sem ensaio e pré-estréia, através de um território perigoso e cheio de areias movediças. “Sem mapa na mão não dá para saber o que está mais adiante: uma curva fechada, um precipício, o fim da descida ou o início do terreno plano e firme? Esta é uma fase de transição”.

Ao decidir compartilhar uma nova vida com um outro, os parceiros iniciam a construção de um mundo comum (VEIGA-DA-SILVA, 1997). Segundo o autor, a conjugalidade vai sendo construída ao longo do tempo, através da aquisição de bens materiais e imateriais: projetos e prazeres tornam-se comuns ao casal. Os cônjuges começam a usar pronomes nós e nosso quando se referem aos seus filhos. Parentes, amigos e objetos pessoais são incluídos ou excluídos da rotina da nova casa, de acordo com as necessidades, com o espaço ou com o possível mal-estar gerado por lembranças do passado.

No recasamento, há um olhar para frente repleto de desafios e esperança. Para trás fica a história de um casamento interrompido e de um passado que implica lutos importantes mais ou menos cicatrizados. Todas as pessoas envolvidas neste processo têm um longo caminho onde guardaram ressentimentos, mágoas, fracassos e sofrimentos. Através desses novos vínculos que estão sendo construídos, existe um pano de fundo que implica uma perda ou uma sensação de fracasso. Frente à realidade do novo casamento, existe sempre uma família anterior que, mesmo “mutilada”, continua com movimento próprio.

Muitas vezes, ao entrar no recasamento, cada membro da família pode estar em um momento emocional descompassado do outro, em graus de intensidade e formas diferentes. Os sentimentos são vários, nem sempre favoráveis, nem sempre claros, nem sempre coerentes. Desta maneira, é importante compreender que o tempo que levamos nessa travessia depende de inúmeras variáveis.

Cada pessoa é um universo, uma emoção única, uma cabeça. Assim, é sempre bom perguntar e sondar o desejo do outro, pelo menos para saber o que estão pensando e poder, dessa forma, pisar melhor em territórios desconhecidos. Todos nós sabemos o que acontece quando somos escutados, e o que nos consome por dentro quando somos atropelados pelos desejos e decisões dos outros (BRUN, 2004, p.97).

As relações entre os membros da família do recasamento - as famosas famílias dos “meus, teus e os nossos” - são delicadas e começam a se construir a partir de vínculos bastante frágeis e sensíveis para, com o tempo, se fortalecerem e tomarem uma forma mais definida. Cada membro da família recasada terá vivências, expectativas e reações diferenciadas uns dos outros. A pré-história destas pessoas que se encontraram para iniciar o recasamento vai influenciar a forma com que os sentimentos e os comportamentos serão expressos, entendidos e traduzidos.

Os sentimentos, as dúvidas, os medos, as rejeições, as difíceis relações entre madrasta, padrasto e enteados, os avós postiços, os meio-irmãos, os filhos do divórcio, a dificuldade de se falar em dinheiro, os rituais e as expectativas de amar e de ser amado são alguns dos temas que envolvem esta nova organização familiar. Não é uma tarefa fácil, mas é fundamental compreender o papel que cabe a cada um na construção desta nova família, com valores ainda não sedimentados na passagem deste século (GAMEIRO, 1998, p.45).

Na opinião de Kelley (1996), as famílias recasadas esforçam-se para enquadrarem-se no modelo ideal de família nuclear, e por não conseguirem, acreditam que estão fracassando. O entendimento e a aceitação de diferentes regras de funcionamento familiar (o conhecimento das especificidades que as diferenciam das famílias do primeiro casamento), além da noção de que a diferença não constitui um problema, são elementos fundamentais para a compreensão, integração, interação e tratamento dessas famílias.

Estamos chamando “família nuclear” ou “família conjugal”, aquele modelo de família que nasce a partir dos laços de um casamento no qual os cônjuges se unem pela própria escolha amorosa, que pressupõe igualdade e reciprocidade afetiva, que volta sua atenção para a criação de seus filhos, e que o grupo familiar ocupa o mesmo espaço residencial. É a partir deste modelo que desenvolveremos as questões relacionadas ao recasamento, apresentando-o como um desafio para o modelo de família nuclear moderna.

Bucher (1999) colaborou com esta idéia no sentido de que, embora a tradição vigente na cultura cristã considere a família ideal aquela formada por um casal estruturado pelo laço do casamento monogâmico com crianças, filhos de sangue ou por adoção, e que vivem na mesma casa, esse tipo de tradição torna-se cada vez mais difícil de ser mantida atualmente, o que explica em parte as grandes transformações na vida conjugal e familiar.

Segundo Sager, Walker, Brown, Rodstein e Crohn (1983), as fronteiras biológicas, geográficas, legais e o pertencimento de seus membros são claramente definidos na família do primeiro casamento. Os membros da família extensa de cada cônjuge são vistos como parentes por todos os filhos na família nuclear. Existe um vínculo legal simétrico entre os pais biológicos e seus filhos. Por terem os mesmos pais, os irmãos também possuem o mesmo vínculo entre si, portanto, todos os membros da família nuclear são vinculados legalmente. Na família recasada, porém, as relações de parentesco de um filho podem ser diferentes das de seus irmãos. Não existe simetria, já que, enteados, padrastos e madrastas não possuem qualquer vínculo legal.

Diante de uma recomposição familiar, voltamos a nos questionar acerca da idéia que tínhamos culturalmente de família. Indagamo-nos sobre o casamento, a união dos filhos, sobre a entidade lar ou casal, sobre os laços entre as diferentes gerações. Tradicionalmente, as relações entre os membros de uma família são regidas por duas formas de reconhecimento: a aliança que une o homem à mulher, e a filiação que une biologicamente os filhos aos pais e aos irmãos. Salientamos, todavia, que o conceito de família é muito complexo. Os laços afetivos, por exemplo, podem ressaltar que uma pessoa faz parte de uma família sem necessariamente esta ter nascido nela ou ter sido adotada. Tanto quanto o laço biológico é simples,

claro e evidente, o laço afetivo é subjetivo e, algumas vezes, complicado e meio confuso.

Brun (1999, p. 68) afirmou que, em nossa cultura, os rituais “marcam para um público mais amplo ‘quem é quem’ no grupo familiar”. Segundo a autora, é através dos rituais, das cerimônias e das celebrações que são revelados os laços que unem os diferentes membros da família. É, também, nas cerimônias e celebrações importantes que o processo de inclusão e exclusão familiar fica mais evidente. A ambigüidade das fronteiras é uma questão importante nas famílias recasadas. Esta ambigüidade é fruto de incertezas em relação a quem é considerado membro da família ou não.

O processo de inclusão na família de origem nos garante uma identidade própria, onde somos reconhecidos por pertencermos a uma família. Por outro lado, há uma clara distinção quando outros são incorporados na nossa família de origem, fazendo com que “o mundo se reparta entre os nossos e os outros”.

Antes de sermos nós mesmos, somos o filho ou a filha de Fulano ou Beltrano; nascemos numa família, e antes que possamos ter uma existência social própria, é por um nome de família que se nos referem. As primeiras palavras que qualquer criança aprende – os tão significativos “papá” e “mamã” – são as que designam o seu pai e a sua mãe, logo a seguir, os demais vocábulos do parentesco...Assim o mundo se reparte entre os Seus e os Outros (ZONABEND, 1986, p.14).

A citação acima nos transmite a idéia de pertencimento, pois diferentemente das famílias de primeiro casamento, nas famílias recasadas entram pessoas que, a priori, não tinham nada a ver com a família do início. Entre os chamados padrastos e enteados, a filiação não é biológica, mas afetiva e educativa. Esses laços já não são simples de se definir para as crianças. Neste sentido, lembramos que a solução torna-se problemática, visto que a reorganização de funções e papéis é dificultada pelo fato de que a ausência física de familiares não implica, necessariamente, em sua ausência psicológica.

Frente às mudanças decorrentes das famílias recasadas, passar do “nós” da primeira família para o “nós” da segunda é possível, mas não acontece de imediato. Conforme afirmou Andolfi (2002), às vezes, a passagem pode não acontecer. Ao aderir a uma nova identidade familiar, um filho ou uma filha podem sentir que estão “traindo” um dos pais biológicos, ou que estão cometendo uma afronta a eles (sentimento de lealdade). Travis (2003) confirmou esta idéia quando assinalou que é necessário aplicar o velho ditado “dar tempo ao tempo”, respeitando o ritmo de cada um para adaptar-se às mudanças. O recasamento, como qualquer outra relação humana, não pode ser criado num passe de mágica, uma vez que não existe família instantânea. O bordado que vai surgindo para tecer aquela rede tem que ser trabalhado ponto a ponto. O vínculo entre madrasta-padrasto e enteados é resultado de uma construção lenta, delicada e muito frágil, onde a atenção e a sensibilidade dos adultos são fundamentais.

Visher, Visher, Pasley e Rhoden (1996) afirmaram que o fato de os filhos pertencerem, simultaneamente, a dois lares diferentes, por exemplo, aumenta a possibilidade de surgimento de sentimentos de ambigüidade em relação às fronteiras, o que freqüentemente resulta em “conflitos de lealdade”.

A palavra lealdade teve origem na língua francesa, *loi*, que significa lei, e implica atitudes de acatamento à mesma. As famílias têm suas próprias leis em forma de expectativas compartilhadas não escritas. O cumprimento dessas expectativas para as crianças se faz mediante o uso de medidas disciplinares externas, já os adultos devem cumpri-las a partir da internalização desses compromissos. “O sentido das relações de lealdade em uma família depende da representação que os indivíduos dessa família possuem das leis do sistema e dos

compromissos inconscientes de lealdade estabelecidos entre eles” (BOSZORMENY-NAGY; SPARK, 1973).

Cervený (2000) considerou que todos os elementos de uma família são influenciados pelo modelo afetivo dominante no sistema familiar. A autora adotou a posição de que o relacionamento não é um fator interno de um indivíduo, mas o produto de uma interação, sendo pois, a família, a matriz na qual ele se inicia, desenvolve-se e é transmitido.

As relações que envolvem uma família possuem um caráter muito particular. Boszormeny-Nagy e Spark afirmaram que a essência de qualquer relacionamento é a capacidade de assumir compromissos e confiar nos demais. A intensidade e profundidade que envolvem os relacionamentos entre elementos de uma família depende dos compromissos de lealdade estabelecidos entre eles.

De modo geral, a lealdade é descrita como um sentimento de solidariedade e uma atitude de confiança entre as pessoas. Num sistema familiar, a lealdade envolve uma trama relacional que implica a existência de expectativas compartilhadas no grupo, em relação às quais todos os elementos adquirem um compromisso. As leis existentes em cada sistema familiar são específicas. O conteúdo dessas leis dizem respeito às expectativas estruturadas na família ao longo de gerações. Elas influenciam nos padrões interacionais e no comportamento de cada elemento da família.

Os conflitos de lealdade perpassam os membros da família recasada em diferentes momentos de seu convívio. A percepção dos filhos, por exemplo, de que sua participação numa nova família que exclui membros de sua família biológica e, principalmente, os sentimentos positivos em relação à nova família, desencadeiam sentimentos ambíguos que denominamos conflitos de lealdade (SAGER e COLABORADORES, 1983; KELLEY, 1996; CARTER, MCGOLDRICK, 1999; WAGNER, SARRIERA, 1999).

As lealdades referem-se à forma como é estabelecida a relação entre os elementos da família, à intensidade e à profundidade desses laços. Os autores afirmaram que os compromissos de lealdade são como fibras invisíveis, porém resistentes, que mantêm unidos complexos fragmentos do padrão relacional. Neste sentido, o significado do compromisso de lealdade vai além da relação de confiança estabelecida entre vários indivíduos, diz respeito a um dever de lealdade compartilhado entre os elementos de uma família, envolvendo os seus princípios e significados.

Os compromissos de lealdade nas famílias são fundamentados em pactos, cisões, alianças, triangulações, etc, constituindo os laços invisíveis das expectativas familiares. A lealdade procura despertar nos membros comprometidos a prática do sentido do dever, equanimidade e justiça. No entanto, a posição de cada indivíduo no grupo depende do âmbito de justiça de seu próprio universo.

Kelley (1996) observou que o sentimento de lealdade dos filhos em relação aos pais biológicos, por exemplo, é considerado quase “universal”. Visher e Visher (1988, citados por MCGOLDRICK; CARTER, 1995), também discutiram extensamente sobre lealdades e conflitos na família recasada. Os autores afirmaram que sentimentos como culpa, ciúmes, raiva e depressão, gerados por conflitos de lealdade interpessoais, sempre surgem entre os membros da família recasada.

Na família nuclear intacta o compromisso fundamental de lealdade parece ser a manutenção do próprio grupo; assim, a lealdade dos filhos para com seus pais, leva-os a proteger o lugar do pai ou da mãe. Partindo desta idéia, os membros da família recasada trazem para o novo grupo familiar, por um lado, o sentimento de lealdade relacionado ao passado e, por outro, muita pouca lealdade em relação aos novos membros da família. Tais sentimentos acabam por gerar situações

conhecidas como triangulações familiares. As triangulações são criadas pelos conflitos de lealdade e acabam por dividir o grupo em “times” ou “lados”.

A triangulação é uma “configuração emocional de três pessoas”, constituindo o elemento de base de todo o sistema emocional familiar e social. Cada ser humano nasce “mergulhado” na massa emocional familiar, caracterizada, de forma mais direta pela relação dos pais. Na visão estrutural, esta relação original é representada pela imagem do triângulo, que na teoria sistêmica, é a menor unidade emocional relacional. Pertencer a um triângulo significa estar na dinâmica relacional interpessoal. O triângulo original – pai, mãe e filho – reforça o fato de que sem os dois primeiros, pai e mãe, não existiria o terceiro (filho). Esta condição estabelece a existência e a função de cada participante representado neste triângulo original. O fato de existir emocionalmente a partir desta dinâmica representada pela triangulação fornece a estrutura básica de todos os demais relacionamentos que o indivíduo terá no decorrer de sua vida.

As triangulações não são estáticas, elas sofrem alterações de acordo com a dinâmica interna da família e estão presentes em todos os grupos sociais. No entanto, as famílias tendem a manter triângulos característicos conforme o grau de ansiedade presente no sistema, o que caracteriza a natureza repetitiva dos mesmos, tornando-os previsíveis. Embora a formação triangular venha a desfazer-se quando o grau de ansiedade e a tensão relacional no sistema diminuem, o triângulo permanece em estado latente, pronto para reaparecer tão logo aumente novamente o nível de ansiedade familiar.

Ressaltamos o conceito de triangulação, conforme postulado por Murray Bowen, pois acreditamos que é interessante entendermos as configurações relacionais que podem se estabelecer nos momentos de transição do ciclo vital da

família, pois são muitas vezes estas mesmas configurações que vão determinar as vivências e as novas estruturas que se formarão daí em diante naquele sistema familiar.

McGoldrick e Carter (1995) demonstraram como se dão as principais triangulações e conflitos entre os membros da família recasada. As autoras fazem uma divisão entre os conflitos de lealdade que afigem os adultos e os que afigem as crianças (ou os filhos). Segundo elas, os dois principais conflitos do cônjuge recasado dizem respeito ao sentimento de divisão entre o seu novo par e seus filhos e ao sentimento de divisão entre seus filhos biológicos e os enteados. Sager e colaboradores (1983) consideraram o conflito interno dos pais entre o amor pelos próprios filhos e o amor pelo novo cônjuge a maior fonte de tensão nas famílias recasadas. Aqui, o sentimento de culpa pode afligir os pais biológicos, que, algumas vezes, sentem como se estivessem traindo suas relações com os filhos.

O vínculo entre pais e filhos é, freqüentemente, estreitado no período pós-separação. Na maioria das vezes, após a separação, os filhos pequenos saem de seus quartos e passam a dormir na cama do pai ou da mãe. Quando os pais recasam, os filhos e o novo cônjuge podem entrar numa disputa pelo afeto ou pela atenção do pai/mãe ou do(a) parceiro(a).

O segundo ponto mencionado, quando ambos os parceiros têm filhos, é o conflito entre os sentimentos em relação aos próprios filhos e em relação aos enteados. Gostar mais versus gostar menos, cuidar de uns quando deveria estar cuidando de outros, exercer tarefas parentais para os filhos de outros enquanto os próprios filhos moram em outra casa, são algumas variações sobre o tema, que podem gerar sentimentos de culpa e raiva.

Em um trabalho sobre a percepção da sociedade em relação à família recasada, Vaitsman (1994) afirmou que tanto as crianças quanto os adultos iniciam as relações formadas pelo recasamento com expectativas irrealistas. Na opinião da autora, a mais problemática de todas as expectativas é que as famílias recasadas possuam um funcionamento igual ao das famílias nucleares. Esse tipo de expectativa pode gerar a suposição, entre os parceiros, que as relações familiares serão automaticamente boas, sem a necessidade de qualquer esforço para que isso aconteça. Tais expectativas são geradas pelas crenças culturais sobre as famílias recasadas difundidas socialmente ao longo de décadas, que tendem a ser negativas (padrastos e madrastas são maus) ou irrealistas (o amor acontecerá instantaneamente entre os membros da família).

Uma família que se desfaz e uma família que se organiza sofrem transformações, apresentando novas relações, várias dificuldades e desafios que nem os indivíduos, nem a sociedade estão preparados para enfrentar. A questão da linguagem ou de como nomear as novas relações ainda carecem de uma definição mais particularizada (BUCHER, 1999).

Como já falamos no capítulo anterior, não existe nomenclatura específica para este tipo de configuração familiar em nenhuma língua conhecida. Tal fato nos leva a pensar que a família nuclear, ou pelo menos a sua representação - pai, mãe e filhos – é percebida como a única verdadeira, valorizada, boa e legítima.

Diante da nova configuração familiar, inúmeras dúvidas começam a emergir na mente dos diferentes membros que compõem este cenário. Como a criança chamará o novo marido de sua mãe, a nova mulher de seu pai? Ele será seu “tio”? Ela será sua “tia”? Tia não é a irmã do pai ou da mãe? Tio não é o irmão do pai ou da mãe? E o que dizer dos filhos do segundo casamento? “Meio-irmão” ou “meia-irmã”,

em oposição a “irmão de verdade” e “irmã de verdade”? E os filhos da nova mulher do pai ou do novo marido da mãe? “Irmão postiço” ou “irmã postiça”? (GARBAR;THEODORE, 2000).

Falcke (2002), pontuou que é geralmente através do recasamento que entra em cena a madrasta. Sua inserção na família traz a necessidade de uma redefinição do funcionamento familiar. Este é um momento de se estabelecer novas regras e papéis, o que exige uma readaptação da família à sua nova realidade. A autora complementou essa idéia salientando que para a madrasta, talvez este seja um período de grande ansiedade, porque normalmente ela não tem um modelo de identificação com o papel que irá assumir.

A definição de madrasta é a de mãe-substituta, por morte da mãe biológica. Ora, quando uma mulher ocupa o lugar de madrasta dos filhos de seu marido, podemos entender que a sua função no recasamento é a de ser mãe substituta. Mas, isso não é verdade, uma vez que, na maior parte dos recasamentos, a mãe das crianças está viva. A função materna desta mulher no recasamento seria, então, quando muito, a de uma figura feminina de apoio que vai, aos poucos, entrando e ocupando os espaços vazios. O vínculo vai sendo construído com o tempo pelas partes interessadas, e tomará um perfil próprio a cada situação. A ausência de um nome específico que defina esta nova função cria um espaço de subjetividade que passa a ser preenchido por suas fantasias e expectativas do tipo: “qual o papel a ser vivido por mim, nesta casa, em relação aos filhos de meu marido?”.

Encontramos na literatura muitos autores que mencionam principalmente o papel da madrasta, mas não podemos desconsiderar o papel dos padrastos. Estes raramente aparecem, e quando surgem o tema central que os cerca é o da violência física, da opressão e do abuso de poder em função de serem eles os donos da casa

e do dinheiro. A mensagem sempre gira em torno da idéia de que longe dos pais, na mão de substitutos, a criança está em risco. Os contos de fada ressaltam a importância do olhar atento e vigilante do progenitor, com o objetivo de evitar a exposição de um filho a quaisquer possíveis maus-tratos. Waldemar (1996) afirmou que os padrastos também têm uma incerteza muito grande a respeito do papel que devem ocupar. Eles não sabem se agem como pais, como amigos ou se seguem outras concepções.

Através de nosso discurso podemos, porém, nomear situações e sentimentos de forma a estimular uma visão positiva da realidade ou, ao contrário, chamar a atenção para aspectos negativos, patológicos e indicativos de ausência e mutilação. Estamos de acordo com Brun (1999), quando esta assinalou que ao dizermos “meu ex-marido” ou “minha ex-mulher”, estamos enfatizando uma situação de ausência, de passado, daquilo que não é. Portanto, por trás disso se esconde uma restrição velada à nova família, como se a única legítima fosse a ex-família (aquela que se foi), enquanto que as outras não passam de parcerias menores, de menor qualidade, arremedos à família “verdadeira”.

É preciso lembrar que o único laço que não se desfaz é o sanguíneo. Pais, mães, avós nunca se tornam “ex”. Não existe ex-mãe ou ex-pai; assim, em lugar de falar “fulano é meu ex-marido”, podemos usar a expressão “fulano é pai de meu filho”. Assim, toda nomeação afirmativa leva a idéias que somam, em vez de diminuir; multiplicam, em vez de dividir (BRUN, 1999, p. 86).

Coleman, Ganong e Fine (2000), em uma revisão bibliográfica em que foram examinadas 850 publicações sobre o recasamento na década de 90, afirmam que os trabalhos que versam sobre a visão social americana prevalente acerca das famílias recasadas é que elas são desviantes e que são ambientes prejudiciais para crianças e adolescentes. São também estigmatizadas através de rótulos, estereótipos e mitos culturais. Os autores acrescentaram que os comportamentos e as atitudes dos

profissionais que lidam com essas famílias, também são afetados pelos estereótipos negativos a respeito de padrastos e madrastas. Observaram, ainda, que quando as famílias recasadas não são estigmatizadas, elas tornam-se invisíveis aos sistemas sociais, uma vez que as políticas e as práticas escolares criam barreiras à participação de membros de famílias recasadas, visto que são baseadas em modelos de famílias de primeiro casamento.

A compreensão da dinâmica familiar no recasamento requer, em primeiro lugar, uma revisão dos papéis tradicionalmente exercidos pelos membros de uma família. No modelo tradicional, o exercício de algumas funções familiares já foi socialmente selecionado por gênero. A mulher, por exemplo, é responsável pelo cuidado com os filhos, pela organização doméstica e pelo relacionamento emocional do sistema familiar. Nas famílias recasadas, entretanto, a seleção de papéis determinada por gênero deve dar lugar à relação histórica entre pai/mãe biológico e filhos (MCGOLDRICK; CARTER, 1995).

Em um estudo comparativo entre casais de primeiro casamento e casais recasados do Rio de Janeiro, Féres-Carneiro (1987) observou que, embora os sujeitos dos dois grupos de entrevistados exercessem as funções familiares conforme os papéis culturalmente atribuídos ao homem e à mulher, no grupo de recasados esta divisão foi vista de forma menos rígida do que no primeiro casamento. Segundo a autora, contudo, verificou-se que as tarefas domésticas eram atribuídas à mulher, mesmo que esta trabalhasse fora. Este dado aponta, mais uma vez, para a prevalência do modelo de família nuclear, que é levado para um novo casamento, sem que as diferenças da nova estrutura familiar sejam levadas em conta.

Apesar das claras modificações que se estabelecem no relacionamento com os progenitores nas famílias recasadas, é importante observar que aquelas funções que culturalmente estão associados ao gênero feminino

ou masculino se mantêm, independentemente da configuração familiar (WAGNER; SARRIERA, 1999, p.26).

Os autores comentaram que, mesmo com as transformações ocorridas em relação à mulher e sua inserção no mercado de trabalho e ao conceito de família, permanece a noção de atribuição da manutenção econômica da família relacionada ao gênero masculino e a de cuidado com o lar relacionada ao gênero feminino. Concluíram, ainda, que valores, atitudes e funções ditas novas e modernas, estão convivendo com as concepções arcaicas nos núcleos familiares de hoje em dia.

Osório (2002) descreveu que, na família contemporânea, atribuir à mulher o papel de cuidar do lar e ao homem o de provedor, não só representa um modelo arcaico que remonta à origem da civilização como soa hoje em dia como um estereótipo. Compreendemos, desta maneira, que o papel conjugal pressupõe a interdependência dos membros do casal e sua essência baseia-se no postulado de que a sobrevivência dos indivíduos que o constituem seja facilitada pelo compartilhamento das tarefas, envolvendo premissas como compreensão, cooperação e competição. O papel conjugal vai além das funções de reprodução, que pertencem à esfera conjugal.

McGoldrick e Carter (1995, p. 345-346) revelaram os problemas advindos da tentativa de copiar a família nuclear intacta no recasamento da seguinte maneira:

1) Estreita fronteira de lealdade e extrema dificuldade para todos os membros da família abandonarem a idéia de “família nuclear”.

2) Competição entre padrasto/madrasta com seus enteados pela primazia em relação ao cônjuge, pondo os relacionamentos no mesmo nível.

3) Os papéis de gênero põem a madrasta e enteada em posições contrárias, já a ex-mulher e a nova mulher ficam em posições de adversárias, sobretudo em se tratando dos filhos.

Segundo as autoras, esse novo modelo de família requer as seguintes características:

1) Fronteiras permeáveis em torno dos membros das diferentes famílias, que permitam aos filhos ir e vir facilmente, conforme combinado nos acordos de visitação e custódia.

2) Aceitação das responsabilidades e dos sentimentos paternos do cônjuge, sem assumir essas responsabilidades por ele ou tentar competir com o apego progenitor-filhos ou combater o necessário contato com o ex-cônjuge.

3) Revisão dos tradicionais papéis de gênero na família.

4) Cada cônjuge, em conjunção com seu ex-cônjuge, deve assumir a responsabilidade primária por criar ou disciplinar seus próprios filhos biológicos.

5) Os padrastos e os enteados podem desenvolver um relacionamento semelhante ao relacionamento dos pais, como também com qualquer modelo de relacionamento amigável que desejarem.

McGoldrick e Carter (1995) pontuaram que quando uma mulher e um homem se casam, eles trazem para o primeiro casamento uma bagagem emocional, formada pelas histórias e pelos sentimentos não resolvidos com os familiares da família de origem (pais, irmãos e outros afins). No recasamento essa bagagem é ampliada e inclui, pelo menos, três tipos de bagagem emocional: a da família de origem, a do primeiro casamento e a do processo de separação. Toda essa bagagem torna-se um grande desafio para os sistemas familiares recasados, uma vez que elas são, no mínimo, assimétricas.

A reorganização e clarificação das novas fronteiras, as dificuldades enfrentadas devido à complexidade de fatores coloca as crianças diante de verdadeiros dilemas: quais os verdadeiros membros de minha família? Qual o meu

espaço nesta nova família? Quem manda em quem? Quem está no comando ou na liderança da família? Qual o meu referencial? A quem dedicar meu tempo?

Minuchin e Nichols (1995) enfatizaram que, apesar da dor da perda que toda separação provoca, é importante ressaltar que os filhos, quase sempre, são mais capazes de enfrentar a separação dos pais do que estes podem imaginar. Os pais tendem, em geral, a fragilizar a capacidade dos filhos para lidar com a separação, projetando um mundo que não é vivido por eles. Numa família recasada, a vida familiar vai depender de um sólido vínculo afetivo do casal. Os vínculos do casal precisam estar bem fortalecidos, para que os membros possam superar com mais facilidade os entraves que normalmente acontecem nas famílias de segundo casamento.

Parrot (2003, p.12) assinalou que a maior dificuldade é quando as crianças e os adolescentes não verbalizam seus sentimentos; assim, a válvula de escape é recorrer ao sintoma, pois “quando a boca fala o corpo cala, mas quando a boca cala o corpo fala”. Diante disso, é preciso que os adultos propiciem aos seus filhos maior espaço de intimidade nesta nova realidade. Cada lugar perdido - o quarto, a casa, o afeto, as pessoas -, tudo isso renova o sentimento pelo qual já passaram.

Uma pesquisa realizada com adolescentes investigou a existência de correlação entre bem-estar psicológico de adolescentes de famílias originais e famílias recasadas (WAGNER; RIBEIRO; ARTECHE; BORNHOLDT, 1999). A partir dos resultados, foram constatadas que não existem diferenças significativas entre o nível de bem-estar entre esses dois grupos de adolescentes. O mesmo estudo verificou que a variável “morar com o padrasto” ou “morar com a madrasta”, considerando os jovens de família recasada, não se associa ao bem-estar psicológico dos adolescentes. Este estudo mostrou ainda que nesses novos arranjos

familiares, o processo de reestruturação da família recasada não é necessariamente desencadeador de conflitos. Em muitas ocasiões, um padrasto, por exemplo, pode substituir, de forma satisfatória, a figura de um pai ausente.

Wagner (2002) ressaltou, ainda, que os filhos de famílias recasadas podem ser tão felizes e equilibrados quanto o de famílias nucleares intactas harmoniosas e mais do que em famílias onde existem brigas domésticas e rivalidade entre os pais. Não é o recasamento que vai desestruturar a família; muito ao contrário, ele aparece como uma alternativa eficiente para uma reconstrução familiar.

Visher e Visher (1988, citados por MCGOLDRICK; CARTER, 1995) delinearão as características diferenciadoras das famílias recasadas e os seus desafios no desenvolvimento. Para eles é imprescindível lidar com perdas e mudanças, estabelecer novas tradições, criar colaboração entre os pais, desenvolver uma sólida relação marital e formar novos relacionamentos. A concepção dos referidos autores nos permite entender que o tempo é um elemento precioso, pois é através dele que a nova união, agora formada em torno do recasamento, alcança o estágio de desenvolvimento familiar. É a partir daí que as relações entre os membros desse novo grupo se tornarão autênticas e mais próximas.

Partindo dessas considerações, apresentam-se nas páginas seguintes os objetivos e o método dessa pesquisa.

4. OBJETIVOS E MÉTODO

O presente estudo trata de uma pesquisa qualitativa e, como tal, não teve como proposta a elaboração e/ou verificação de hipóteses previamente elaboradas. Ao contrário, a abordagem qualitativa foi escolhida como proposta investigativa norteadora da nossa pesquisa por possibilitar um conhecimento que ultrapassa os dados meramente estatísticos, priorizando o objeto de investigação a partir do que é colocado pelos participantes e do significado que possui para os mesmos.

Baseado da compreensão acima, Baptista (1994) afirmou que o pesquisador possui um papel fundamental neste tipo de pesquisa, na medida em que age como descobridor dos significados das ações e das relações ocultas nas estruturas, captando o universo das percepções, das emoções e das interpretações dos participantes no seu contexto. Para a referida autora, na abordagem qualitativa a realidade aparece como sendo uma construção, na qual o investigador participa supondo uma interação entre o pesquisador e o objeto de conhecimento, num processo contínuo que procura entender a realidade da investigação, compreendendo os fenômenos numa perspectiva histórica e holística.

Complementando a idéia anterior, Martins e Bicudo (1994) admitiram que, diferentemente da pesquisa quantitativa, a qualitativa busca uma compreensão particular daquilo que se estuda. Uma idéia mais geral sobre tal pesquisa é que ela não se preocupa com generalizações, princípios ou leis. A generalização é abandonada e o foco da sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados.

Como mencionamos na introdução, alguns fatores foram determinantes na escolha do tema do presente estudo: a escassez de publicações nacionais acerca da estrutura e da interação familiar dos membros da família recasada (sobretudo na realidade nordestina) e o crescimento constante desse formato de família. A partir desses fatores surgiu o objetivo principal da pesquisa, que é investigar como um dos membros do casal recasado pela primeira vez, há pelo menos dois anos, vivencia essa experiência. O que norteia a direção da nossa pesquisa são os seguintes objetivos específicos relacionados entre si. Investigar na perspectiva de um dos membros do casal recasado:

*Qual(is) o(s) motivos(s) que levaram ao recasamento.

*Quanto tempo decorreu entre as uniões.

* Como são apreendidos pelo casal o cuidado dos filhos, as visitas, a autoridade, a administração da casa, etc.

*Quais os sentimentos(expectativas e frustrações) experimentados pelo casal diante do recasamento.

A partir dessas questões, elaboramos o trajeto do presente estudo. Estamos conscientes de que a análise de oito entrevistas nos fornece uma base frágil para a generalização, não obstante, Turato (2003, p.361) assinalou que: “na pesquisa qualitativa, a preocupação com o tamanho da amostra pode ser praticamente nenhuma, pois nos interessa o estudo de um tema no discurso dos diversos tipos psicossociais e demográficos de sujeitos ou de um assunto em si”.

4.1 MÉTODO

4.1.1 Participantes

A pesquisa de campo foi realizada através de entrevista com oito pessoas que residiam na cidade do Recife. A escolha dos participantes não implicou em preferência por sexo, faixa etária ou por condição sócio-econômica. Porém, todos os entrevistados deveriam ser recasados pela primeira vez e há pelo menos dois anos, uma vez que Dahl e colaboradores (1987, citados por MCGOLDRICK; CARTER, 1995), pesquisando famílias recasadas, constataram que o sentimento de “pertencer” na família recasada demorou de dois a quatro anos.

Nossa intenção inicial foi de compor um grupo de participantes que contemplasse, igualmente, pessoas do sexo feminino e masculino. Entretanto, como já era previsto, o número de pessoas do sexo feminino foi maior do que o do sexo masculino, portanto, isso não poderia ser apenas um critério.

Nossa pesquisa foi constituída oito pessoas, cinco do sexo feminino e três do sexo masculino, cuja média do tempo de recasamento foi de 9,2 anos. A idade dos entrevistados variou de 39 a 74 anos, com uma média de idade de 51,2 anos. Dos oito participantes, sete possuíam terceiro grau completo e apenas um tinha segundo grau completo. Muito embora todos residissem em Recife, a origem de nascimento dos entrevistados foi bastante diversificada: quatro eram de Pernambuco, dois do Rio Grande do Sul e um da Paraíba. A religião também mostrou-se variada: cinco eram católicos, um ateu, um agnóstico e um luterano. Em relação à situação profissional, dois participantes eram aposentados, dois funcionários público estadual, um empresário, um consultor, um advogado e um psicólogo e professor. Dos oito entrevistados, seis possuíam filhos biológicos do casamento anterior e apenas dois possuíam filhos adotivos do casamento atual. Ressaltamos, ainda, que

nenhum dos participantes era viúvo e que todos haviam se separado do cônjuge no primeiro casamento. O quadro com todos os dados sócio-demográficos encontra-se no anexo 1.

O acesso aos entrevistados foi proposital ou intencional, quer seja através do conhecimento pessoal ou por indicação dos próprios participantes, uma vez alguns dos entrevistados sugeriram nomes de outras pessoas que poderíamos contactar. É de suma importância ressaltar que todos foram extremamente cooperativos, abrindo espaço para que pudéssemos entrevistá-los e ajudando no contato com outras pessoas que também estavam recasadas.

Ao serem convidados para participar da pesquisa, os participantes foram informados sobre os objetivos, assim como do fato de que as entrevistas seriam gravadas, e, posteriormente, transcritas de forma literal. Eles foram informados também de que utilizaríamos nomes fictícios, assim, manteríamos suas identidades preservadas ao longo do trabalho, garantindo-lhes o anonimato. Obtido o consentimento, eles assinaram um “TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO” (Anexo 2) e foram entrevistados individualmente e em lugar apropriado (no próprio local de moradia dos participantes).

4.1.2 Instrumentos

O instrumento utilizado para empreender a pesquisa de campo foi a entrevista com roteiro, também conhecida como entrevista semi-dirigida (Anexo 3). Este instrumento permite que a entrevista seja orientada por tópicos, que são introduzidos pelo orientador, sem que uma ordem rígida tenha que ser seguida. Segundo Ocampo (1981, p.54), “uma entrevista é semi-dirigida quando o entrevistado tem a

liberdade de se expor diante das perguntas feitas pelo entrevistador, começando por onde preferir e incluindo o que desejar”.

Esta forma permite que cada participante realize o seu relato de forma espontânea e particular, mas seguindo um roteiro semi-dirigido que aborde os aspectos considerados relevantes aos objetivos da pesquisa. Enfim, acreditamos que esta maneira de trabalhar garantiu aos entrevistados liberdade para se expressar e, conseqüentemente, nos possibilitou a obtenção de maior quantidade de conteúdos espontâneos.

4.1.3 Procedimento para coleta de dados

Primeiramente estabelecemos os critérios para a escolha dos sujeitos, já mencionados anteriormente. Posteriormente, visando aprimorar o instrumento da pesquisa, demos início às entrevistas-piloto. Foram realizadas duas entrevistas (uma com um homem e outra com uma mulher recasados), para verificarmos se os objetivos da pesquisa seriam alcançados através da utilização do roteiro de entrevista elaborado.

Na etapa seguinte, demos início à pesquisa efetiva. O contato com os participantes a serem investigados foi realizado através de telefone e, a partir daí, agendamos o dia da entrevista.

4.1.4 Procedimento de análise dos dados

Organizamos os dados colhidos observando os temas mais relevantes que emergiram nas entrevistas abertas com roteiro semi-dirigido. Eles foram submetidos a uma análise de conteúdo de acordo com MINAYO (2004) e foram também

analisados com base na literatura consultada. No anexo 4, encontra-se a categorização das respostas dadas que geraram os temas analisados.

O capítulo cinco traz a análise e discussão dos resultados.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os temas abordados nesta pesquisa emergiram a partir das entrevistas realizadas. Os nomes e dados que pudessem vir a identificar os participantes da pesquisa foram alterados sem prejuízo para a fidedignidade do conteúdo da mesma.

As categorias de análise se inserem em sete temas devido à sua relevância para os objetivos do presente estudo, quais sejam:

- 1 - Motivo(s) que levaram ao recasamento;
- 2 - Tempo decorrido entre os casamentos;
- 3 - Adaptação dos diferentes membros da família recasada;
- 4 - Administração da família;
- 5 - Sentimentos experimentados por participar de uma família recasada;
- 6 - Expectativas para o futuro;
- 7 - Acréscimos sobre a experiência.

A seguir, apresentaremos e discutiremos detalhadamente os resultados encontrados na nossa pesquisa, buscando realizar sempre uma interlocução com a literatura consultada. Salientamos que, grande parte dos autores das pesquisas sobre recasamento por nós utilizada é terapeuta de família utilizando em seus trabalhos a perspectiva sistêmica. Nossa escolha deveu-se, prioritariamente, ao volume e à variedade de publicações sobre o tema, aos quais tivemos maior acesso.

5.1.1 – Motivo(s) que levaram ao recasamento

Nosso objetivo, ao propor esta categoria, foi verificar qual o(s) motivo(s) que levou os participantes para um segundo casamento. Inúmeros foram as razões apontadas, dentre elas: dificuldade de viver só/ separado; necessidade de

companhia para viver; não houve motivo específico, simplesmente aconteceu; oportunidade de reconstruir a vida/ reestruturação familiar; envolvimento com outra pessoa; recompensa de um casamento infeliz anteriormente; desejo de ter um filho biológico que não ocorreu no casamento anterior.

Ao analisarmos as entrevistas, encontramos uma aparente diversidade nas respostas, o que nos fez refletir sobre a impossibilidade de generalizá-las. Após repetidas leituras começamos a perceber algumas semelhanças que pareceram relevantes. A primeira delas foi o fato de que existiu uma tendência para percursos diferenciados após um divórcio, segundo o gênero, devido ao fato das mulheres permanecerem mais tempo sós ou acompanhada dos filhos – em situação de monoparentalidade – do que os homens, que recasam muito mais depressa após a dissolução de um casamento.

Esclarecendo um pouco a idéia anterior, nos pareceu que a não elaboração da perda da parceira e da família anterior, a dificuldade em dar conta das tarefas domésticas e a necessidade de companhia eram pontos-chave que favorecia com que o sexo masculino não prolongasse por muito tempo a vida de “solteiro” ou divorciado.

Cervený e Berthoud (1994) dissertaram que formar um novo casal e constituir uma nova família é uma das possibilidades que o indivíduo tem de constituir vínculos duradouros e, assim, o “nascimento emocional da família” é um processo que implica a construção gradual de um vínculo que propicie apego e cumplicidade, como também independência e autonomia emocional. As autoras assinalaram, ainda, que “numa díade saudavelmente apegada (ou seja, em um casal saudavelmente unido), um serve como base segura ao outro, como uma fonte que

abastece, para se abrir cada vez mais para a vida, na certeza de que ela estará sempre lá e é possível sempre voltar e se reabastecer” (p.56).

Compreendemos, portanto, que nascemos com uma predisposição para nos apegar a um outro ser humano que nos acolha e se disponha a se relacionar conosco. Assim o desejo de ser feliz e de se realizar pessoalmente é algo inerente a condição humana. Não obstante, verificamos que, na sociedade atual, tornou-se menos suportável a existência do sentimento de insatisfação pessoal relacionado com o casamento. Se antes era possível viver toda uma vida num relacionamento conjugal conflituoso, em silêncio, mais ou menos sublimado através de outros investimentos afetivos, hoje o casamento é o local privilegiado da vivência amorosa, deixando de fazer sentido quando o amor ou a realização pessoal desaparece. Vejamos as considerações deste participante:

“[...] o principal motivo mesmo é que eu tinha muita expectativa de ter um filho, de ter um filho que fosse meu. E eu vi que naquela relação que eu estava eu não iria ter um filho, porque ela não queria ter, tanto é que ela fez questão de adotar quatro filhos de uma outra pessoa. Quando eu vi que eu realmente tinha condições de ter um filho, e que o único problema é que ela realmente não queria, e como eu encontrei também uma pessoa que me fez ver isso aí, entendeu, então eu achei por bem deixar o meu casamento” (Ivan, 54 anos).

Evidenciamos, através dessa resposta, que os homens entrevistados se divorciaram não porque o casamento não seja importante, mas porque sua importância é tão grande que os cônjuges não aceitam que ele não corresponda às suas expectativas. Assim, é justamente a dificuldade desta exigência que o divórcio reflete que, quase sempre, os divorciados caminham para o recasamento.

Constatamos, na fala do entrevistado, a ausência de um projeto de vida conjugal, um desejo conjunto, uma história comum do casal no primeiro casamento. Ramos (2003) também abordou esse assunto, quando afirmou que o individualismo tão cultuado na pós-modernidade contaminou a vida da relação conjugal.

Discorrendo sobre o casamento, Wiili (1993), afirmou que ele é uma relação diferente de todas as outras, na qual os parceiros se comprometem numa história comum e onde cada um é, realmente, afetado pelo comportamento do outro. Quando decidem viver juntos, cada cônjuge deve modificar-se internamente e organizar-se, pois, a partir de então, iniciarão juntos a construção de um mundo comum. Na opinião do autor, o casamento transforma a imagem de realidade dos parceiros, além de enfatizar certos aspectos da vida cotidiana. A colaboração, por exemplo, passa a ocupar uma posição central na vida dos cônjuges, que juntos criam obras, educam os filhos, constroem um lar e buscam uma segurança existencial comum. É evidente, também, que a liberdade, as escolhas pessoais e a sensação de independência fiquem reduzidas no casamento.

Complementando a idéia anteriormente citada, Féres-Carneiro (1998), admitiu que a grande dificuldade de ser casal está no fato do casal conter duas individualidades (duas histórias de vida) que necessitam conviver com uma conjugalidade (um desejo conjunto). Para essa autora, só é possível prever o ajustamento conjugal de um novo casal quando se consegue perceber os motivos da união e, ainda mais, as circunstâncias nas quais ela ocorre.

O sentimento expresso por Ivan mostrou de uma maneira muito clara o quanto ele esperava, tanto do casamento em si, quanto da parceira. Ele buscava encontrar apoio, proteção, cuidado e, sobretudo, desejava que sua mulher fosse capaz de atender à sua expectativa: o desejo e o projeto de ter um filho. O comentário desse participante ilustra o pensamento de Costa, Penso e Féres-Carneiro (1992), quando admitiram que diante do desafio constante, ao qual o homem e a mulher contemporâneos são submetidos, a busca da realização pessoal

é tida como valor prioritário, mesmo implicando um certo sofrimento para as pessoas que amamos.

Outro entrevistado admite ter partido para um segundo casamento por sentir falta da intimidade e do companheirismo de uma mulher. Este dado também foi mencionado por Waldemar (1996), quando o autor afirmou que a maioria dos que se separam casa novamente, porque o ser humano tem a necessidade básica de laços e conexões.

“Primeiro é extremamente difícil você que se habituou uma vida inteira a viver em família passar a viver separado. Você sente, como todo ser humano, a necessidade de ter companhia, de ter um núcleo familiar lhe apoiando, e se não tivesse isso eu diria que eu jamais continuaria vivendo. Assim, era indispensável a mim encontrar uma companheira, refazer meu núcleo familiar e continuar vivendo dentro desse ambiente” (Roberto, 74 anos).

Ao contrário dos homens que parecem ir mais rápidos e decididos para um segundo casamento, as mulheres, de um modo geral, mencionaram que o recasamento ocorreu de forma natural, imprevista, sem que algo tenha sido planejado.

“Isso aconteceu após um ano de minha separação e foi uma coisa praticamente imprevista. Eu, advogada, fui fazer uma audiência para um outro advogado e foi quando eu conheci meu atual esposo, que inclusive, na ocasião, ele também estava se divorciando. Só que eu estava separada primeiro, há um ano, e ele tava se separando naquele momento. A partir dali fomos nos conhecendo. No começo era uma coisa que eu não queria muito, mas eu vinha assim de uma fase de muito sofrimento e comecei a dar essa possibilidade a mim mesma [...] Ele não entrou simplesmente dentro de minha casa, ele pediu permissão aos meus filhos para poder ficar comigo. O menino tinha 11 anos e a menina tinha 8, mas não foi feita uma coisa assim aleatoriamente. Não foi feito algo do tipo: você conhece alguém e bota dentro de sua casa, porque eu não acho isso correto. Eu tinha uma família que tava passando por momentos difíceis e ele foi e conversou com os meus filhos e disse: ‘olhe, eu só fico com sua mãe se vocês permitirem, eu não quero casar de imediato, eu quero namorar, e foi muito interessante’. Foi uma experiência inédita!” (Elza, 47 anos).

“Sabe, eu nem pensava em casar novamente. Nunca nem me passava pela cabeça. Eu conheci Roberto e aí a gente foi se conhecendo e depois decidimos viver juntos, mas não teve um motivo específico que me levou a recasar. Eu não tinha essa objetividade não, sabe, em recasar. Foi uma coisa que aconteceu naturalmente, sem nenhuma busca desesperada para que aquilo acontecesse, de forma alguma. Foi uma coisa que veio, apareceu e deu certo” (Tereza, 58 anos).

Observando o conteúdo dos relatos acima, observamos que as mulheres, em geral, são mais cautelosas quando pensam em se casar novamente. Gameiro (1998), também, confirmou este dado, na medida em que ele afirmou que as mulheres hesitam longamente antes de começarem a admitir a hipótese de um novo casamento. De acordo com o autor, a existência de filhos condiciona fortemente as decisões das mulheres, aumentando a hesitação e alongando o tempo que medeia entre a hipótese e a decisão propriamente dita. Nesse sentido, chamamos a atenção para o fato de que as mães temem o abuso psicológico e sexual dos filhos por parte dos novos parceiros, conforme está implícito na fala de Elza:

“[...] você precisa lembrar que é uma pessoa nova que está entrando na sua casa e tudo isso tem que ser muito bem estudado, principalmente pra quem tem filhos [...] Não se pode colocar qualquer tipo de homem dentro de casa, porque é uma coisa de extrema responsabilidade. A gente vê aí o tempo todo os padrastos que entram na família abusando sexualmente das crianças, independente de ser menina ou menino. Então é um cuidado grande que eu tive. Eu passei seis meses só observando, vendo o que pensava da religião, o que pensava da vida, o que pensava das crianças. E é engraçado que eu noto que ele gosta dos meus filhos e se preocupa com eles como se fossem filhos dele. Ele não é pai, mas tem um comportamento de um pai. Um dia a gente brigou, porque eu sou recasada, mas não sou perfeita e ele disse chorando pra mim: olhe Elza eu gosto dos seus filhos como se fossem meus filhos, porque eu não conheci seus filhos hoje, eu conheci desde quando eles eram pequenininhos. E eu jamais poderia deixar de gostar desses meninos, senão a mãe deixaria de gostar de mim (sorri)” (Elza, 47 anos).

5.1.2 - Tempo decorrido entre os casamentos

A segunda categoria teve o intuito de verificar o tempo decorrido entre as duas uniões, ou seja, qual o período que cada participante levou entre o término do primeiro casamento e o início do segundo. Podemos ilustrar essa dimensão, inicialmente, com a fala de dois entrevistados.

“Poucos meses, porque como eu disse inicialmente, dificilmente eu me adaptaria a viver sozinho. Então, embora eu não conhecesse a minha companheira que hoje é a minha esposa, eu dentro de seis a oito meses consegui fazer um novo casamento [...] As pessoas que são de fácil comunicação com certeza elas conseguem refazer suas vidas com mais facilidade e as pessoas que são mais introspectivas, de difícil relacionamento, essas encontram mais dificuldade em refazer um núcleo

familiar, como eu consegui refazer. Não que isso seja um privilégio meu, apenas é uma questão de temperamento, uma questão de adaptação que eu, com a graça de Deus, consegui superar” (Roberto, 74 anos).

“Entre o término do primeiro casamento e a união do segundo casamento eu acho que foram uns oito meses, mais ou menos. Foi muito pouco tempo. Eu acho que isso não é o normal. Eu me separei em maio de 1999, em fevereiro de 2000 eu já tava vivendo junto com minha atual esposa e em junho de 2001 a gente formalizou o casamento. Se você considerar da dissolução do primeiro casamento até a formalização do segundo foi um ano e meio, mais ou menos, dois anos. Já se a gente considerar que eu já estava morando com minha atual esposa desde fevereiro, então foram oito meses” (José, 42 anos).

Estes dois relatos demonstraram que os homens entrevistados levaram muito pouco tempo (de 6 a 8 meses) para construir um novo casamento. Féres-Caneiro (1998) assinalou que a maioria dos divorciados caminha, em geral, para o recasamento, sendo os homens mais rapidamente que as mulheres. Compartilhando desta mesma posição, Carter (1995) pontuou que 70% dos homens voltam a se casar em pouco tempo, com a convicção de que o primeiro divórcio aconteceu por uma escolha errada de parceiro ou por algum problema emocional pessoal ou familiar, e não devido a alguma falha da instituição matrimonial em si. Muitos deles acreditam que casar de novo lhes dará a oportunidade de retomar as expectativas originais em relação ao casamento e à família. Diferentemente dos homens, as mulheres entrevistadas parecem que são mais contidas quando o assunto é recasamento e, por isso, o postergam por mais tempo.

“Eu penso que eu estava separada há uns dez anos, mais ou menos dez anos até eu casar novamente. Passei dez anos sozinha e eu realmente não tinha a intenção de casar novamente. Eu tinha duas filhas adolescentes e é bastante complicado a gente casar novamente. Eu tinha um monte de bloqueio que eu colocava a isso. E eles se desfizeram naturalmente quando eu conheci meu atual marido. Sempre é complicada a vida sozinha. Você chega num ponto em que você começa a sentir falta de um companheiro. Eu penso que nós fomos feitos para viver a dois. A gente precisa da outra parte. E aconteceu naturalmente. Foi muito bom e foi um processo bastante natural, nada planejado, ele simplesmente aconteceu” (Suzy, 54 anos).

“Foram onze anos. Meu primeiro casamento terminou há vinte anos e hoje eu tenho nove anos do segundo casamento. Entre um casamento e outro eu tive outros relacionamentos, outros namoros, mas nada a ver com

casamento, porque eu não me sentia preparada para casar. Às vezes a pessoa namora uma pessoa, mas não tem nada a ver a ponto de casar, de morar na mesma casa, porque isso é difícil. Você realmente pra casar tem que ter muita coisa em comum entre o casal. Não é só porque conheceu, porque gostou, porque se dá bem, mas é um conjunto. Casamento é um conjunto de coisas entre duas pessoas. Já faz nove anos que eu estou casada pela segunda vez e foi onze anos entre um casamento e outro” (Nayana, 42 anos).

Os relatos encontrados na nossa pesquisa também confirmaram dados da literatura destacados por McGoldrick e Carter (1995), as quais constataram que os homens recasam mais rapidamente e com maior frequência que as mulheres. De acordo com as referidas autoras, quanto maior a renda e melhor a instrução de uma mulher, menos provável que ela se case novamente. O inverso é verdadeiro para os homens: quanto mais ricos e instruídos, mais provável que se casem novamente, e o fazem rapidamente.

5.1.3 - Adaptação dos diferentes membros da família recasada

O terceiro tema buscou investigar como se deu a adaptação dos diferentes membros da família diante do recasamento dos pais.

“[...] a adaptação desse novo núcleo familiar que criei foi penosa, foi dolorosa (se emocionosa). Houve uma rejeição muito grande no começo por parte dos meus filhos, uma certa dificuldade, uma certa reação contrária porque eles estavam sempre do lado da mãe. Com o passar do tempo, essa rejeição foi superada e hoje nós vivemos em família, absolutamente bem, harmonicamente, e meus filhos se integram totalmente ao meu casamento. Eu não cronometrei esse tempo de adaptação, mas minha consciência me faz lembrar que foi um período muito doloroso e que durou, seguramente, de três a quatro anos para poder as coisas se encaixar e passarem a ser vistas de forma natural. A partir desse tempo a gente começou a se sentir bem, começou a notar que o núcleo familiar estava solidamente implantado e que poderíamos viver e conviver em paz” (Roberto, 74 anos).

O relato desse participante mostrou que a adaptação dos membros da família recasada é lenta, delicada e dolorosa. Para isso é necessário um certo período para que as coisas fluam naturalmente e os membros comecem a se considerar como uma família. O tempo é um elemento precioso, pois é através dele que a nova união,

agora formada em torno do recasamento, alcança o estágio de desenvolvimento familiar. É a partir daí que as relações entre os membros desse novo grupo se tornarão autênticas e mais próximas.

Esta nova família é que “inventará” sua forma de funcionar e de se articular, dispendendo muito tempo e energia na busca da determinação de suas linhas de conduta e da organização do dia-a-dia familiar. O tempo de adaptação mencionado por esse participante confirmou o que Dahl e colaboradores (1987, citados por MCGOLDRICK, CARTER, 1995) encontraram em seus estudos, ao constatarem que o sentimento de “pertencer” na família recasada demorou de três a cinco anos para a maioria de seus membros.

Por outro lado, podemos verificar também que a adaptação entre os filhos da mesma idade é mais fácil, conforme está presente nas considerações desta entrevistada.

“[...] os três filhos de minha esposa se deram muito bem com os meus dois filhos. Os cinco são mais ou menos da mesma faixa etária, então cresceram juntos dividindo tudo, portanto, não houve nenhum problema de adaptação” (Lorena, 39 anos).

Este fato foi também evidenciado por Minuchin e Nichols (1995) quando enfatizaram que, apesar da dor da perda que toda separação provoca, é importante ressaltar que os filhos, quase sempre, são mais capazes de enfrentar a separação dos pais do que estes podem imaginar. Os pais tendem, em geral, a fragilizar a capacidade dos filhos para lidar com a separação, projetando um mundo que não é vivido por eles.

Féres-Carneiro (1998) relatou que a capacidade da criança lidar com a crise que a separação deflagra vai depender, sobretudo, da relação que se estabelece entre os pais e destes de distinguir, com clareza, a função conjugal da função parental, podendo assim transmitir aos filhos a certeza de que as funções parentais

de amor e de cuidado serão sempre mantidas. A fala de José exemplifica o que a autora pontuou anteriormente, a saber:

“[...] com os meus filhos não teve problema nenhum em relação a separação, pois conversei muito com eles antes que isso realmente acontecesse. Já os filhos da minha atual esposa sofreram muito, foi muito complicado e difícil para eles, mas isso eu acho que foi porque a separação dela não foi tão boa quanto a minha. Teve muito conflito, muito estresse e eles saíram muito machucados, entendeu? Eu costumo dizer que é preciso ficar muito claro para os filhos que você vai se separar, vai deixar de morar com a mãe deles, mas que a gente nunca vai deixar de amar e de ser pai ou mãe. Isso é fundamental para eles se sentirem seguros” (José, 42 anos).

Ao contrário do relacionamento entre os irmãos do recasamento que parece ser mais fácil quando ainda são crianças, a adaptação entre os filhos adolescentes e adultos é, na maioria das vezes, algo mais complicado, mais difícil. O que ocorre, na verdade, é uma rejeição por parte dos filhos, uma tentativa de boicotar a nova relação do casal. São facilmente notados entre eles: o medo, o ciúme, o estranhamento, e, por que não falar mesmo de uma regressão?

“O que houve assim, que eu percebi, foi um estranhamento no grupo de filhos. É como se tivesse acontecido assim (pausa) como é que eu posso te dizer? (pausa) não são dois times não, mas ficavam dois núcleos. A gente percebia o medo e nós (eu e meu marido) comentávamos sobre isso. É como se eles tivessem medo. Os dele medo das minhas e as minhas meio receosas em relação aos dele. ‘Como serão eles?’ ‘O que vai acontecer agora?’ Eu penso que os filhos sempre têm medo de perder alguma coisa. No começo foi assim meio delicado. O casal tem que ter muita maturidade para colocar sua relação acima da questão dos filhos. No nosso caso, eles eram adultos (com exceção do menino de dois anos), e a gente deveria imaginar que, sei lá, eles são adultos então eles se entendem. Mas não, aconteceu um estranhamento [...] Sempre havia, da parte deles, uma vontade de bagunçar um pouco, criar algum tipo de dificuldade, de confusão, de me colocar em saia justa, de me testar, testar os limites que nem criança pequena faz. Parecia que havia tido uma regressão, todo mundo ficou pequeno [...] Acontece essa coisa do estranhamento no início, mas hoje não, sabe? Isso se diluiu, mas eu tive que dá os limites, tive que mostrar que aqui a casa era minha e as coisas eram do meu jeito” (Suzy, 54 anos).

Furstenberg Junior e Cherlin (1991), afirmaram que as dificuldades e tensões enfrentadas pelos recasados dizem respeito, principalmente, ao tipo de obrigações e lealdades que se definem para os sujeitos neste novo arranjo familiar, demandando

de homens e mulheres um certo “jogo de cintura” para que os atritos sejam evitados ou superados.

O relato, descrito acima por Suzy, revelou a compreensão da importância do laço de sangue para a determinação das relações de parentesco, uma vez que ele representa um vínculo perpétuo. Tanto dos pais para com seus filhos, como, também, dos filhos para com seus pais. O laço de afinidade estabelecido pelo recasamento define um tipo de comprometimento do(a) homem/mulher com os filhos que não são dele(a), que está atrelado ao contexto da nova aliança conjugal. “É um vínculo circunstancial, em que as lealdades são estabelecidas pelo tipo de relação de afeto desenvolvido entre estes filhos e o cônjuge atual” (FURSTENBERG JUNIOR; CHERLIN, 1991, p.48).

Nos estudos sobre famílias recasadas, Kelley (1996) também observou que o sentimento de lealdade dos filhos em relação aos pais biológicos, por exemplo, é considerado quase “universal”. Visher e Visher (1988, citados por MCGOLDRICK; CARTER, 1995), também discorreram extensamente sobre lealdades e conflitos na família recasada. Os autores afirmaram que sentimentos como culpa, ciúmes, raiva e depressão, gerados por conflitos de lealdade interpessoais, sempre surgem entre os membros da família recasada.

Na família nuclear intacta o compromisso fundamental de lealdade parece ser a manutenção do próprio grupo; assim, os filhos são levados a proteger o lugar do pai ou da mãe. Partindo desta idéia, os membros da família recasada trazem para o novo grupo familiar, por um lado, o sentimento de lealdade relacionado ao passado e, por outro, muita pouca lealdade em relação aos novos membros da família. Tais sentimentos acabam por gerar situações que os mesmos descrevem como

triangulações familiares. As triangulações são criadas pelos conflitos de lealdade que acabam por dividir o grupo em “times” ou “lados”.

Outro dado da terceira categoria que foi enfatizado pelos participantes diz respeito à tentativa de manter uma relação harmoniosa entre os membros da família. Segundo os entrevistados, é de fundamental relevância que cada um dos envolvidos construa seu próprio relacionamento com os outros membros do recasamento.

“[...] logo que eu me casei eu ficava muito aperrada porque minha filha mais velha ‘peitava’ muito meu marido e tinha aquela coisa de dizer ‘você não é meu pai, o que você está fazendo aqui?’, e eu ficava no meio, de um lado para o outro, até o dia em que eu vi que aquilo não era bom pra ninguém. Então sabe de uma coisa, se resolvam. Eu não tenho nada a ver com o relacionamento de vocês. O meu relacionamento é com você como mãe e com você como esposa. Pronto. Foi a melhor coisa que já fiz na minha vida. Hoje eles se adoram, se dão super bem. Mas eu resolvi sair do jogo que acaba virando e a gente fica maluca no meio disso. Então eu deixei que cada um construísse seu relacionamento do jeito que achasse melhor e pronto” (Lorena, 39 anos).

“[...] no começo eu tinha uma percepção que eu tinha que juntar, procurar fazer com que eles se entrosassem. Então eu me esmerava em fazer almoço e janta e os chamava, mas acontecia uma coisa bem interessante, porque o almoço nunca estava bom, a comida nunca prestava. Eu me lembro de um Ano Novo em que nós ficamos a tarde inteira preparando e eu tentando descobrir as coisas que se comiam aqui para fazer, para tudo ficar bem familiar [...] Mas enquanto eu tentava agradar não funcionou. Pra mim isso foi doloroso, desgastante. A partir do momento em que eu não mais movi uma palha, porque não se precisa chamar filho pra vir na casa de pai, porque ele já está automaticamente convidado, aí tudo mudou” (Suzy, 54 anos).

A despeito das nuances que identificamos nas respostas das duas entrevistadas, podemos associá-las ao mito do amor instantâneo que Gameiro (1998) dissertou de uma maneira tão coerente e realista. Segundo o autor, é impossível que todos os membros de uma família recasada se adorem de um momento para o outro, como se convivessem há muito tempo e tivessem laços de sangue. Na fase inicial do recasamento, o papel parental deve ser desenvolvido através da figura parental biológica e o padrasto ou madrasta deve estar preparado(a) para ser uma precioso(a) auxiliar. Com isso não queremos dizer que madrasta/padrasto não possam interferir na criação dos seus enteados, uma vez

que existem enteados que esperam que os padrastos sejam seus pais de verdade e padrastos que assumem, de fato, esse lugar de pai, como também há casos em que intervir na educação dos enteados é necessário e é favorável à relação. Ressaltamos, apenas, que é preciso que os padrastos contem com o tempo e com a idade dos enteados e da posição dos pais biológicos, para que o seu papel possa vir a tornar-se mais ativo.

5.1.4 - Administração da família

Esta categoria refere-se à percepção dos entrevistados em relação à administração da família, isto é, tentamos apreender como são administrados pelo casal: a casa, as visitas, a autoridade, etc. Pretendemos verificar também quais os paralelos, as diferenças e as comparações feitas ou sugeridas pelos participantes em relação à sua concepção de família do primeiro e segundo casamentos.

“Eu sempre disse aos meus filhos que aquela pessoa que estava entrando na nossa vida seria nosso grande amigo, uma pessoa que eu ia tentar me restabelecer novamente, e pra eles seria um grande amigo. Eu fiz muito essa separação pra que não houvesse interferência da vida de um com o outro. Nem os meninos cobrarem dele como pai porque não era, nunca foi e nem ele querer ser pai dos meus filhos, porque não podia acontecer isso também. Então essa verdade gerou um certo equilíbrio, porque quando havia problema com os meninos que não conseguia abranger a capacidade dele, então ele dizia assim: olhe Elza, eu sinto muito, mas você vai ter que conversar com seu ex-esposo sobre isso, porque ele é o pai e é ele que tem autoridade pra fazer isso [...] É esse equilíbrio que existe entre nós, sabe? É o que entrou sabendo que não é o pai, e é o que saiu sabendo que existe ex-marido, mas não existe ex-pai. E você, enquanto mãe, vai orientando seus filhos, dizendo a eles que o pai continua a existir e que o atual é como se fosse uma proteção paterna substituta, mas que é um amigo” (Elza, 47 anos)

“Quando você vai dar uma ordem, e eu costumo muito fazer isso aqui na minha casa, o que é referente aos meus filhos eu vou, falo, passo, e o que é referente aos filhos de José eu prefiro que ele mesmo fale, porque ele é a autoridade. Não que eu deixe de ser, entendeu? Mas ele é a autoridade perante os filhos dele. Algo referente aos estudos dos meninos, isso não é uma coisa que me pertence, pertence ao pai e à mãe, então são eles que devem falar [...] Agora se uma criança está aqui em casa, independentemente de ser meu filho ou dele, e faz uma coisa que eu não goste, por exemplo, bagunça a casa, aí não, eu falo, porque é o meu espaço enquanto dona-de-casa; é a minha casa. Então eu chego e reclamo porque é um processo de educação e de limite dentro da casa. Agora

quando a coisa é mais séria, mais complexa, aí eu acho que não me pertence, porque eu não sou mãe. Isso não tem nada a ver com carinho, com afeto, de você botar no colo e dá um cheiro. Eu sou afetuosa demais com todos eles, não importa se são meus filhos ou os de José. Mas tem coisas que são dos meus filhos e tem coisas que não são” (Lorena, 39 anos).

Observando o conteúdo das respostas acima percebemos que, da mesma maneira que ocorre na família nuclear intacta, no recasamento, os pais biológicos buscam (se possível com a ajuda do ex-cônjuge) resolver e/ou assumir os problemas dos seus próprios filhos, porque são eles que sinalizam a autoridade.

A questão disciplinar pode tornar-se geradora de conflitos, quando um número maior de adultos está envolvido na criação dos filhos. Segundo Genovese e Genovese (1997), essa é uma questão muito pouco clara ou pouco definida em famílias recasadas. A posição de padrastos e madrastas desliza entre afirmações do tipo “quase pai/mãe” e “você não é da minha família” ou “você não manda em mim” nas horas em que a imposição de limite se faz necessária. Os autores observaram, ainda, que, embora os problemas entre padrastos/madrastas e seus enteados, relacionados à posição de autoridade, não diminuam a satisfação e a estabilidade do recasamento, conflitos entre os membros do casal sobre o estilo de educar os filhos estão relacionado ao insucesso das relações conjugais.

Gameiro (1998) destacou que, mesmo quando lhe for possível intervir mais diretamente, o padrasto/madrasta devem estar preparados para desempenhar um papel de auxiliar. Neste sentido é importante que padrasto e madrasta não pretendam substituir pai e mãe ditos verdadeiros. É preciso, portanto, respeitar o empenho afetivo da criança para com seu pai ou sua mãe, qualquer que seja seu tom, pois eles representam ancoragens afetivas inscritas em sua história. O papel de um “novo pai” ou de uma “nova mãe” é diferente de um pai ou mãe biológicos;

assim, vale salientar que sua relação com a criança é adicional, complementar e não-concorrente.

A fala da entrevistada Elza confirmou os estudos de Brun (2004), quando a autora assinalou que pais, mães e avós nunca se tornam “ex”, porque o único laço que não se desfaz é o sanguíneo. McGoldrick e Carter (1995) dissertaram que, num sistema recasado funcional, a responsabilidade de cuidar dos filhos dele e dos dela deve estar dividida de maneira que não exclua ou combata a influência dos pais biológicos. Isso quer dizer que cada um dos cônjuges, em junção com seu ex-cônjuge, deve assumir a responsabilidade primária de educar ou disciplinar seus próprios filhos. Dessa maneira, o relacionamento que será estabelecido entre os filhos e o padrasto/madrasta será, então, definido e elaborado a partir de fatores como: idade, residência principal dos filhos, as circunstâncias do divórcio e o desejo de todos os envolvidos.

Frisamos, todavia, que se o padrasto/ a madrasta estiverem muito envolvidos na educação de seus enteados, então eles também deverão participar ativamente das decisões. O sentimento expresso por Elza embasou o estudo de Travis (2003) quando, investigando a clínica do recasamento, descreveu que o vínculo entre madrasta-padrasto e enteados é resultado de uma construção lenta, delicada e muito frágil, onde a atenção e a sensibilidade dos adultos são fundamentais.

Por outro lado, em algumas ocasiões, um padrasto pode, por exemplo, exercer de forma satisfatória a figura de um pai ausente, como está implícita na fala desta outra participante:

“Eu acho que com a minha filha que é a que mora conosco é de igual pra igual. Aqui não tem maior autoridade ou menor autoridade. Nós dois temos autoridade. Não tem quem fale mais ou menos. Não tem uma maior administração ou uma menor administração, porque nós administramos a casa juntos. Quando tem algum problema com minha filha, seja ele qual for, nós sentamos os três e chegamos a um denominador comum” (Nayana, 42 anos).

Mas não podemos deixar de abordar o fato de que a função de padrasto e madrasta é sempre permeada/mesclada por grande ansiedade, porque normalmente eles não têm um modelo de identificação com o papel que irão assumir. Waldemar (1996) afirmou que os padrastos também têm uma incerteza muito grande a respeito do papel que devem ocupar. A pergunta que os cerca sempre é: qual o papel a ser desenvolvido por mim nesta família?

[...] você vê comportamentos inadequados dos enteados, mas o padrasto não pode fazer nada, porque isso é papel do pai e da mãe. Dentro das regras da casa tudo bem, mas existem algumas fronteiras aí que deixa de ser regra da casa e passa a ser regra da educação da criança pra vida e você não tem essa prerrogativa porque você é padrasto, entendeu? Isso é um bocado difícil. Acho que é o ponto mais difícil para os padrastos, porque você acaba desenvolvendo uma relação com os enteados de amor como se fossem filhos. Você se preocupa do mesmo jeito, você toma as dores do mesmo jeito, mas na hora de agir pra resolver certos problemas, você não pode interferir [...] Se o pai da criança decide em conjunto com a mãe que a criança vai estudar no colégio A ou B, num colégio mais conservador ou num colégio mais moderno, o padrasto não tem absolutamente nenhum poder pra dá um 'pitaco'. No entanto você vai se afligir do mesmo jeito, porque pra você o enteado é como se fosse um filho. Isso é bastante angustiante" (José, 42 anos).

Diante do relato acima, percebemos que é comum que padrasto ou madrasta fique desautorizado da sua função no início do convívio, muito embora, funcionalmente, ele(a) ocupe o lugar do pai ou da mãe na casa. É exatamente devido a esse fato que Falcke (2002) pontuou que a inserção do padrasto ou madrasta, que se dá através do recasamento, traz a necessidade de uma redefinição do funcionamento familiar. Assim, este é um momento de se estabelecer novas regras e papéis, o que exige uma readaptação da família à sua nova realidade.

Constatamos também que, apesar das transformações ocorridas em relação à mulher e sua inserção no mercado de trabalho e ao conceito de família, parece que se mantém cristalizado o fator transmissão cultural, cuja a noção de atribuição da manutenção econômica da família está relacionada ao gênero masculino e o cuidado com o lar e os filhos relacionada ao gênero feminino.

“A casa tem uma estrutura de uma família convencional. O pai que é o principal provedor, mas não é o único provedor. A mãe que está mais envolvida com a organização da casa, embora ela tenha também que trabalhar e conduzir a vida profissional dela, e a divisão dos papéis é bem clara neste aspecto, certo? Existem sempre alguns conflitos, mas isso é residual porque as crianças têm múltiplos parâmetros de como é que uma casa funciona. Então os filhos da gente convivem, inclusive acontece de os filhos da minha esposa irem para a casa da minha ex-mulher e os meus filhos irem para a casa do ex-marido dela, entendeu? Então eles acabam transitando entre três ambientes. A casa da gente, a casa do pai e a casa da outra mãe, da mãe dos meus filhos, por exemplo. Às vezes isso deixa as crianças meio confusas, entendeu?” (José, 42 anos).

Gamache (1997), afirmou que as pressuposições em relação ao modelo de família nuclear permeia a visão dos membros da família recasada. A autora acrescentou, ainda, que os próprios pesquisadores estão inseridos numa cultura que coloca a família nuclear na posição exemplar, com a qual todas as demais configurações serão comparadas e, como modelo privilegiado, domina valores e crenças.

O depoimento de José faz uma ponte com a literatura de Wagner e Sarriera (1999), os quais constataram que há uma continuidade na reprodução de papéis, ainda que se trate de uma nova configuração familiar. Este dado também foi encontrado por Féres-Carneiro (1987), quando realizando uma pesquisa com casais de primeiro casamento e casais recasados que residiam no Rio de Janeiro, observou que as tarefas domésticas eram atribuídas à mulher, mesmo que ela trabalhasse fora. Isto aponta, mais uma vez, para a prevalência do modelo de família nuclear, que é transmitida para um novo casamento, sem que as diferenças da nova estrutura familiar sejam levadas em conta.

Estamos de acordo com Osório (2002) de que atribuir à mulher o papel de cuidar do lar e ao homem o de provedor, na família contemporânea, não só representa um modelo arcaico que remonta à origem da civilização como soa hoje em dia como um estereótipo. Compreendemos, desta maneira, que o papel conjugal pressupõe a interdependência dos membros do casal e sua essência baseia-se no

postulado de que a sobrevivência dos indivíduos que o constituem seja facilitada pelo compartilhamento das tarefas, envolvendo premissas como compreensão, cooperação e competição.

Outro fator importante que foi encontrado dentro da terceira categoria diz respeito à criação dos filhos num segundo casamento que exige paciência, respeito, flexibilidade e muita maturidade do casal, caso contrário, haverá um prejuízo na relação.

“[...] se você tem maturidade e consegue um equilíbrio, se você consegue realmente separar as coisas e tentar administrar o núcleo de filhos, então não precisa ter medo. Agora a gente não pode achar que vai fazer uma fusão de famílias. Não acontece uma fusão. São duas famílias que passam a caminhar lado a lado, então são duas famílias diferentes. Isso é perfeitamente possível. O que acontece aí é uma coisa bem interessante, e eu tava pensando sobre isso, pois o que acontece é realmente um processo muito complexo de adoção. São duas famílias que se adotam, então não é fácil, leva um tempo, mas é possível. O casal tem que ter maturidade pra colocar a relação deles acima dessas ‘querelazinhas’ que acontecem. A gente tem que saber administrar isso [...] Eu penso que se o casal consegue encontrar o respeito na relação, o respeito um ao outro aliado à maturidade e ao afeto, é impossível não dá certo. Eu não tenho dúvida nenhuma quanto a isso porque é possível, é possível mesmo (Suzy, 54 anos)”.

A partir desse relato, verificamos que as dificuldades do funcionamento familiar não estão, necessariamente, associadas à sua composição, mas sim as relações que se estabelecem entre seus membros. Wagner Ribeiro, Artech e Bornholdt (1999), afirmaram que a competência ou saúde da família independe desta ser fruto de um primeiro casamento ou de um recasamento. Féres-Carneiro (1998) acrescentou, ainda, que o desempenho de papéis específicos e a delimitação do papel de autoridade nas figuras parentais são fundamentais para um funcionamento familiar saudável e bem-estar de seus membros.

Realizando uma interlocução com o depoimento da entrevistada Suzy, as autoras Costa, Penso e Féres-Carneiro (1992), pontuaram que há uma complexidade maior na constituição da família recasada, portanto, é preciso muita flexibilidade e originalidade para lidar com tudo isso. Ainda, é importante não

interpretar a complexidade das relações que se estabelecem nessas famílias como disfuncionalidade, já que ser uma família diferente não significa ser deficiente.

5.1.5 - Sentimentos experimentados por fazer parte de uma família recasada

O quinto item teve o intuito de investigar os diferentes sentimentos experimentados pelos membros de uma família recasada. Apesar do divórcio ser, às vezes, a melhor solução para um casal que não consegue mais superar suas dificuldades, ele é sempre vivenciado como uma situação profundamente estressante e dolorosa. Deixar uma relação e partir para outra deixa sempre marcas na vida de cada um de nós.

Parentes, amigos e objetos pessoais são incluídos ou excluídos da rotina da nova casa, de acordo com as necessidades, com o espaço ou com o possível mal-estar gerado por lembranças do passado. As pessoas têm consciência de quantas complicações existem em suas vidas, quantas possibilidades de desacordo, desencanto, desencontro. Dessa maneira, alguns terminam agarrando-se um ao outro, outros vão enfrentando os obstáculos, superando-os, mas só aqueles que compreenderem e aceitarem suas limitações serão capazes de criar, ao longo do tempo, relações verdadeiramente duradouras.

“Olhe não é fácil, é muito difícil. Você tem que ter um poder de conciliação forte, tá entendendo? [...] A separação traz uma culpa, um sentimento de culpa horrível. Algumas pessoas dizem que não sentem culpa de nada, mas a gente sabe que sente sim, porque ninguém se separa só. Meu ex-marido não foi o causador só da separação. Eu também errei, eu também fui inexperiente, eu também não administrei bem os pontos da vida em comum. Cada um tem sua parcela de culpa. São duas pessoas que estão juntas, são dois sistemas diferentes. Eu fui criada de um jeito e ele foi criado de outro. Eu tive uma educação e ele teve outra, aí um dia a gente resolveu se unir. Então o que acontece é que são duas pessoas estranhas dentro de uma mesma casa, querendo cobrar, exigir, tendo ciúmes [...] Como eu me sinto atualmente como recasada, eu diria que muito feliz, porque consegui me restabelecer, porque consegui não me perder, porque é todo um conjunto. Quando você se separa, a família se afasta e é muito difícil se manter unida [...] A única tristeza que eu tenho da separação foi isso, que pra mim foi muito negativo. Mas o recasamento me fez feliz, eu sou feliz. Tô do lado de uma pessoa que se preocupa muito comigo, que

quer saber se eu tô bem e se eu tenho alguma dificuldade ele se movimenta pra me ajudar. Agora, saber administrar essa família recasada, assim, de ter seu atual esposo bem com seus filhos e seus filhos bem com ele, você bem com você mesma e com ambos e com equilíbrio pra conversar com o ex-companheiro sem precisar brigar não é fácil” (Elza, 47 anos).

O depoimento de Elza encontra respaldo nos estudos de Wagner, Ribeiro, Arteche e Bornholdt (1999), no que diz respeito à dinâmica familiar. Segundo as autoras, reconstruir um ambiente familiar no contexto de um novo casamento, significa para homens e mulheres ter que conciliar uma gama de relações potencialmente conflituosas, envolvendo prole das uniões distintas, a nova relação conjugal e a permanência do contato a(o) ex-parceira(o) em função dos filhos em comum.

Constatamos que é imprescindível, também, lidar com grandes mudanças quando o assunto é recasamento. Isto foi evidenciado por Visher e Visher (1988, in MCGOLDRICK; CARTER, 1995), onde observaram que as mudanças, sejam elas desejadas ou não, envolvem perdas. Eles comentaram que mesmo quando caminhamos rumo a situações diferentes, bastante desejadas, deixamos para trás experiências e lugares que representam muito para nós. Na opinião dos autores, para os membros de famílias recasadas, as mudanças e perdas experimentadas são maiores em número e magnitude do que aquelas que ocorrem no período inicial de uma família de primeiro casamento. Afirmaram, ainda, que a família recasada é uma família nascida de perdas, fato que também foi apontado por Ivan.

“Eu me sinto como uma pessoa que teve que perder alguma coisa para poder mudar. Tive que ter forças para mudar, porque se você não tem a idéia de mudar você pode se acabar naquela relação. Eu sinto hoje que eu tinha uma relação errada e que eu tinha que partir para outra realmente. [...] Eu acho que vale a pena você ir para um segundo casamento, desde que você queira viver aquele segundo casamento como se fosse o primeiro. A maturidade que eu alcancei com a vida me coloca diante de uma situação que valoriza mais a relação, valoriza mais a segunda relação que a primeira. Tenho um desejo enorme de manter sempre a harmonia na minha casa. Acho que é isso aí” (Ivan, 54 anos).

Verificamos, também, que as respostas de Elza e Ivan corroboraram com o que Ricotta (2002) pontuou sobre a formação de um segundo casamento. A autora enfatizou que o recasamento representa a coragem daqueles que se predispõem a recomeçar a vida. É a nova chance experimentada com mais maturidade e sabedoria, porque as pessoas envolvidas no recasamento serão testadas ao máximo.

Da mesma maneira, Bernstein (2002) afirmou que no segundo casamento o casal parece não cometer os mesmos erros do passado, porque as pessoas parecem estar determinadas a aprender com a própria experiência. A participante Nayana, expôs seu sentimento de uma maneira que explicitou exatamente o que a autora discorreu.

“[...] no segundo casamento a relação é mais consistente, mais verdadeira, mais estruturada, mais robusta que a primeira. Assim não se comete mais os mesmos erros do primeiro casamento. Quando você termina o primeiro casamento você faz, independentemente de trazer um saldo positivo ou não, e por mais autocrítica que possa ser, você faz um balanço sobre o que deu errado [...] Um recasamento é uma oportunidade muito interessante de você dá muito mais certo, na minha opinião. Eu acho que é muito mais provável um segundo casamento dá certo do que um primeiro, até mesmo porque o primeiro é meio que loteria mesmo. Você não tem experiência e muito provavelmente a outra parte também não tem. [...] Mas é preciso saber que você vai mudar, que vão ter coisas que vão ficar diferentes, não obrigatoriamente melhores nem piores. E é uma mudança que você faz com mais conhecimento e causa, porque você já passou por isso” (Nayana, 42 anos)

Outro dado interessante mencionado por um dos participantes diz respeito à delimitação de fronteiras, que é maior no segundo casamento. Realizando esta pesquisa, constatamos que as famílias do recasamento se vêm, em pouco tempo, envolvidas numa ampla rede de relacionamentos que demandam atenção e cuidado, já que existem vários níveis de ajuste ocorrendo simultaneamente nos subsistemas: o homem com a mulher, um com os filhos do outro, os filhos de ambos entre si e cada um com os seus próprios filhos diante da nova situação. Tal fato torna esta organização bastante complexa, exigindo do casal um “jogo” de atenção a si mesmo,

ao parceiro e à família que acontece de uma forma menos rígida e com mais conhecimento e causa.

“[...] eu estou experimentando o meu segundo casamento de uma forma mais madura, sempre melhorando, no sentido de discutir os problemas de uma forma mais adulta, ou seja, trazer a melhor solução para a família. Isso envolve você saber ponderar o que é melhor pra você pessoalmente, o que é melhor para o casamento e o que é melhor para a família, que não é a mesma coisa, são três coisas diferentes. Então, às vezes, eu quero fazer uma coisa que me satisfaria, mas que poderia magoar a minha mulher. Às vezes eu quero fazer uma coisa que é melhor pra mim e pra minha mulher (para a dupla), mas que poderia não ser tão boa para a família e, às vezes, a gente pode fazer uma coisa que agrada a todo mundo. Então é sempre um jogo de você de vez em quando dá atenção só pra você, de vez em quando dá atenção ao casal e de vez em quando dá atenção à família. Isso com o segundo casamento é mais interessante, mais fácil, porque você sabe exatamente onde termina o direito do indivíduo e começa o do casal e onde termina o do casal e começa o da família. Você delimita bem as fronteiras” (José, 42 anos).

Diante deste relato pudemos observar que os subsistemas se organizam através das fronteiras. As fronteiras são regras que determinam quem participa dos subsistemas, e como. Quanto mais nítida forem as fronteiras nos subsistemas, mais facilidade seus membros terão em perceber suas funções, não interferindo negativamente em outros subsistemas. Assim, a nitidez das fronteiras, além de garantir a funcionalidade dos papéis em uma família, tem importância crucial na possibilidade de diferenciação de seus membros, servindo como um importante parâmetro de avaliação do funcionamento familiar.

Kelley (1996), sugeriu para a família recasada a criação de novas tradições familiares, férias conjuntas em determinadas épocas do ano, enfim, eventos que envolvam membros residentes e não-residentes, para auxiliar a todos no processo de integração e desenvolvimento familiar. Na realidade, a nova família necessita criar tradições próprias para auxiliar os seus membros na delimitação de fronteiras.

A chamada fronteira a qual o entrevistado se refere foi também assinalada por Carter (1995). Segundo a autora, a nova família necessita ter maturidade e flexibilidade para lidar com as novas situações; assim, a família recasada deverá

partir para o estabelecimento de fronteiras permeáveis em torno de seus novos membros para que esses possam transitar facilmente, assim como aceitar os sentimentos dos envolvidos no processo.

5.1.6 - Expectativas para o futuro

Ao falarem sobre os conflitos e as dificuldades que os afligiam, os participantes deixaram claro que possuem expectativas a respeito da nova família. Dois entrevistados mencionaram o desejo de permanecer juntos com seu atual companheiro por muito tempo.

“Ah, expectativas são sempre sonhos. Eu espero e desejo viver ao lado de Roberto e de minha filha por muitos anos. Também espero que o relacionamento com os filhos e os netos de Roberto permaneça sempre assim e que melhore cada vez mais. No futuro eu vou dizer que passei por uma experiência que não foi fácil, mas que eu consegui superar e que valeu a pena tentar (se emociona)” (Tereza, 58 anos).

“Eu espero continuar recasada minha vida toda com o meu marido. Eu realmente me dou muito bem com ele, e apesar de ter me separado, eu acredito que um casal possa ser feliz a vida toda. Claro que, eventualmente, vão ter momentos mais difíceis e que até ajudam a crescer, a parar, a pensar um pouco. Mas eu acredito que a gente possa realmente ser feliz quando encontra uma pessoa. Algumas encontram no primeiro casamento, outras no segundo, outras no terceiro e outras ainda acabam sem encontrar nunca. Mas eu acredito que para alguns isso seja possível, então eu penso em ficar casada, vê meus filhos crescerem e os filhos de José também. Depois cada um vai tomar seu caminho e eu vou ficar aqui com ele” (Lorena, 39 anos).

Kelley (1996) admitiu que ter esperança é um sentimento fundamental para o ser humano e que expectativas nada mais são do que uma forma de obtê-la. Acrescentou, também que novos começos inspiram esperanças renovadas, porém, ressaltou que as frustrações são geradas por crenças irrealistas.

Diante dos relatos acima descritos, recorreremos às considerações de Cerveny e Berthoud (1994), onde assinalaram que uma das melhores possibilidades que o novo casal tem de iniciar de forma saudável e construtiva a relação a dois, é por meio da verdadeira intimidade, que é construída e obtida pelos conflitos e alegrias

que vivenciam juntos e que são compartilhados. Nesse sentido, quanto antes o casal recasado conseguir ficar livre da ideologia do “casal perfeito”, dos estigmas e preconceitos que cercam a vida de casado, mais cedo poderá trabalhar a sua intimidade e realmente se constituir uma família recasada.

A ampliação dos estudos, sabedoria e ascensão profissional, também, foram apontados por outros dois participantes como um projeto para o futuro.

“Minha expectativa é crescer profissionalmente. Um dia uma pessoa me disse que eu seria uma pessoa que me realizaria tarde, e tem acontecido realmente isso na minha vida. Eu tive meu filho aos 50 anos e tô me aperfeiçoando nos estudos e no trabalho, porque meu propósito é ser juiz. Então mudei de um lugar para outro, mas sempre com o pensamento de crescer. Eu sinto que eu já me realizei. Já cheguei num certo nível, num patamar que talvez muitas pessoas ainda não tenham chegado, mas meu sonho é ser juiz. Eu me formei em física, mas isso foi apenas um patamar para eu ter um cargo público. Depois me formei em Direito e eu afirmo e reafirmo que um dia eu serei juiz” (Ivan, 54 anos).

“Apesar de eu ter um bom emprego, de gostar de trabalhar na área administrativa, mas eu penso em voltar a estudar. Não decidi ainda o que vou fazer, se continuar na área administrativa ou entrar na área do meu sonho que é saúde, mas com as duas eu me dou bem, muito bem com as duas áreas” (Nayana, 42 anos).

5.1.7 – Acréscimos sobre a experiência do recasamento

Esta última categoria teve o objetivo de fazer com que os participantes acrescentassem algum dado importante sobre a família recasada. Um dos entrevistados abordou a maneira como os papéis devem ser exercidos dentro de uma família de segundo casamento.

“É uma pergunta muito interessante. Eu acho que é fundamental no recasamento que não se atropele papéis. Mãe é mãe, pai é pai, madrasta é madrasta, padrasto é padrasto, enteado é enteado e filho é filho. Então eu acho que é muito complicado quando a madrasta quer ser mãe e interferir na vida dos enteados. A mesma coisa vale para o filho. Ele tem que saber que aqui é minha mãe e aqui é minha madrasta, aqui é meu pai e aqui é meu padrasto. Eu acho que isso é muito importante, pois a criança tem que ter a concepção que apesar de estar residindo com o padrasto ou a madrasta dentro de casa, que até ele pode cumprir o papel de provedor e ela de dona de casa, mas ele não é o pai ou ela não é a mãe. Isso acontece muito quando o pai ou a mãe não dá muita atenção ao filho e o padrasto ou a madrasta acabam substituindo esse papel. Isso é complicado e perigoso” (Lorena, 39 anos).

Dentro dessa perspectiva, Carter (1995) pontuou que a revisão de papéis implica também que, especialmente no começo, cada um dos cônjuges seja responsável pela criação e educação de seus próprios filhos, se possível com a ajuda do ex-cônjuge. A relação entre os filhos com os novos “pais” deve ser definida por estes últimos, levando em conta a idade das crianças, as circunstâncias do divórcio e os desejos das pessoas envolvidas. Contribuindo com o pensamento dessa autora, Minuchin (1982) enfatizou que a inversão da hierarquia é a grande força destruidora da estrutura familiar. Reordenar hierarquias confusas é uma das metas para se alcançar a saúde da família.

Um outro participante da pesquisa mencionou a complexidade com que é revestida a nova organização familiar.

“Bom, eu acho que quando a gente fala em recasamento é importante falar em família estendida, por conta dos novos parentes que acabam se agregando. Você tem filhos que são seus e filhos que não são seus que acabam sendo irmãos, avó torta, avô torto, sobrinhos de um lado, tios do outro e isso é uma coisa que naturalmente acaba sendo um pouco difícil e complexo para todos” (José, 42 anos).

A complexidade dos relacionamentos que José se referiu no relato anterior foi denominado por Garbar e Theodore (2000) de “mosaico”. Segundo os autores, com a multiplicação de divórcios, dos segundos casamentos e coabitações, as relações familiares se encontram extremamente modificadas. A árvore genealógica não cresce mais somente em sentido vertical, mas ocupa um espaço horizontal, às vezes bastante amplo. Nesse sentido, na família recasada existe um “conjunto de elementos justapostos” que congregam entre si: os “meus filhos”, os “seus filhos”, os “nossos filhos”, pai, mãe, padrasto, madrasta, irmãos, meio-irmãos e irmãos postiços.

Uma das entrevistadas admitiu, ainda, que o recasamento é como um longo processo de adoção, portanto, lembramos e reafirmamos que escrever uma nova história exige tempo, paciência e disponibilidade.

“É um longo processo de adoção. São duas famílias que se adotam e passam a conviver, de forma que um terceiro núcleo engloba dois núcleos, porque estes não se dissolvem. Então você cria um terceiro núcleo com aqueles dois, é interessante. Então o conselho que eu daria é ter muita tolerância. Não idealizar, não dá pra idealizar uma família feliz que não tem problemas, porque isso não existe. O que a gente tem que fazer é administrar isso com muita calma, muito respeito e muita tolerância”. (Suzy, 54 anos)

Willi (1993), assinalou que, apesar de todo o incremento e da complexidade das relações familiares, o processo de reestruturação da família recasada não será, necessariamente, desencadeador de conflitos. Muito ao contrário, a plasticidade das relações no núcleo familiar pode gerar uma infinidade de recursos promotores de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Não há nada como dar tempo ao tempo
para que o tempo se encarregue
de fazer tudo ao seu tempo”.*
(Matarazzo, 1996, p.2)

Neste trabalho, discorreremos acerca das chamadas famílias recasadas, da sua estrutura, das suas tensões internas, da sua sobrevivência enquanto unidades familiares complexas, ricas de contrastes.

Verificamos que todos os participantes da nossa pesquisa utilizaram a palavra casamento para referirem-se a uniões de caráter estável, onde partilham não apenas a residência, mas todas as atividades pertinentes a um casal, num casamento reconhecido por lei. Desta maneira, uma nova união com as mesmas características de partilha de residência, atividades e responsabilidades comuns constitui um recasamento.

Compreendemos que o esforço para que ocorra a preservação desse sistema conjugal e para que se mantenham fronteiras nítidas com os demais sistemas, principalmente o filial, demanda mais energia, paciência, dedicação e flexibilidade do que ocorre nas famílias intactas. Um fato que nos chamou a atenção foi os participantes se referirem sempre aos filhos dos relacionamentos anteriores (os “meus” e os “teus”). Em nenhum momento o “nosso” foi mencionado nesse sentido, sobre o qual pouco era falado.

A angústia sentida pelos participantes, quanto ao desempenho do papel de padrasto ou madrasta, pede a necessidade de uma redefinição do funcionamento familiar. Constatamos, todavia, que passados os três ou quatro primeiros anos de convivência, o nível de “integração familiar” entre os membros das famílias recasadas aumenta, uma vez que elas estavam juntas, agora, como uma unidade.

De acordo com o nosso entendimento, provavelmente, os membros dessa nova configuração familiar não apresentariam tantos problemas se a sociedade oferecesse uma orientação para os novos papéis e relacionamentos. Lança-se, portanto, neste ponto, uma necessidade de que essa organização tão complexa e rica seja mais bem estudada em suas especificidades. Através do conhecimento de suas engrenagens, sob o paradigma da complexidade, o recasamento pode ser mais compreendido e desmistificado.

Foi possível perceber, através das respostas de alguns de nossos entrevistados, a influência significativa do modelo de família nuclear em suas relações familiares no recasamento. É importante ressaltar que as críticas expressas pelos pesquisadores sobre a influência do modelo de família nuclear no atendimento a outras configurações familiares não sugerem um abandono completo do modelo.

O recasamento terá sempre tantos desafios a enfrentar quantas forem as narrativas sobre as histórias anteriores dos parceiros envolvidos. Nenhum passado é exatamente igual ao outro, e é desta variedade que surgem os diferentes matizes nas novas relações e nas novas famílias. A história, o tempo e a forma como cada um vai dar à sua vida após a separação poderão aplacar os conflitos e tumultos do início do recasamento.

Através das histórias dessas pessoas, acompanhamos divórcios diferentes, alguns permitindo uma cicatrização bem feita de suas feridas, já outros, devastando a auto-estima e deixando feridas mais profundas, que permanecem abertas por muito tempo.

Acreditamos que quando se é um narrador de histórias, as diferentes narrativas vão adquirindo um sabor especial, na medida em que não só retratam os

desafios de uma época, mas também como cada um de nós vai contribuindo para um novo e rico tecido de experiências.

A partir desse trabalho tivemos um posto privilegiado para acompanhar a dinâmica de algumas famílias recasadas. Esperamos que “A arte de recomeçar: uma compreensão da dinâmica das famílias recasadas” contribua para a compreensão da situação de recasamento e possa funcionar como um dos ponto de partida para outras pesquisas com as novas configurações familiares.

Para futuras pesquisas, recomenda-se investigar famílias recasadas na perspectiva dos enteados, bem como famílias recasadas homossexuais.

REFERÊNCIAS

- ANDOLFI, M. **A crise do casal**: uma perspectiva sistêmico-relacional. Porto Alegre: Artmed, 2002
- BAPTISTA, D. M. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. **Revista NEPI**, n.1, São Paulo: PUC-SP, 1994.
- BERNSTEIN, A. C. Recasamento: redesenhando o casamento. In: PAPP, P. (Org). **Casais em perigo**: novas diretrizes para terapeutas. Porto Alegre: Artmed, 2002, p.295-322.
- BERTALANFFY, L. **Perspectivas en la teoria general de sistemas**. Madrid: Alianza, 1982, p.24-56.
- BRITO, L. M. T. **Separando**: um estudo sobre a atuação do psicólogo nas varas de família. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- BRUN, G. Recasamento e linguagem. In: Cadernos IPUB (Instituto de Psiquiatria da UFRJ). **Família, redes sociais e práticas terapêuticas**, n. 16, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999, p.11-18.
- BRUN, G. **Pais, filhos e cia ilimitada**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- BUCHER, J. S. N. F. O casal e a família sob novas formas de interação. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Casal e família**: entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999, p. 82-95.
- CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **The expanded family life cycle**: individual, family and social perspectives. Allyn & Bacon, 3rd edition, Boston, 1999.
- CARTER, E. Famílias reconstituídas: a criação de um novo paradigma. In ANDOLFI, M; ANGELO, C; SACCU, C. (Orgs). **O casal em crise**. São Paulo: Summus, 1995, p.192-211.
- CARUSO, I. **A separação dos amantes**: uma fenomenologia da morte. São Paulo: Cortez, 1989.
- CERVENY, C. O. **A família como modelo**: desconstruindo a patologia. Campinas: Livro Pleno, 2000, p.26-45.
- CERVENY, C. M. M.; BERTHOUD, C. M. E. **Família e ciclo vital**: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

- COLEMAN, M.; GANONG, L.; FINE, M. Reinvestigating remarried: another decade of progress. **Journal of Married and the Family**, v.62, n.4, 2000, p.1289-1307.
- COSTA, L. F.; PENSO, M. A.; FÉRES-CARNEIRO, T. Reorganizações familiares: as possibilidades de saúde a partir da separação conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.8, 1992, p. 495-503.
- DIAS, C. M. S. B. **A Teoria dos Sistemas Gerais**. Apostila utilizada na disciplina: Intervenções na Clínica com Família – Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, 2006.
- FALCKE, D. Mães e madrastas: quem são estas personagens? In: WAGNER, A. (Org.) **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p.77-91.
- FÉRES-CARNEIRO, T. Aliança e sexualidade no casamento e no recasamento contemporâneo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.3, n.3, p.250-261, 1987.
- FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v.11, n.2, 1998, p.379-394.
- FIGUEIRÊDO, L.; DIAS, C. M. S. B. **Teoria dos sistemas gerais: conceitos e aplicações na terapia familiar**. Apostila do CCHLA - UFPB, 1996, p.2-4.
- FURSTENBERG JUNIOR, F. F.; CHERLIN, A. J. **Divided families: what happens to children when parents part**. London: Harvard, 1991.
- GAMACHE, S. Confronting nuclear family bias in stepfamily research. **Marriage and Family Review**. n. 1-2, v.26, p.41-54.
- GAMEIRO, J. **Os meus, os teus e os nossos: novas formas de família**. Lisboa: Terramar, 1998.
- GARBAR, C.; THEODORE, F. **Família mosaico**. São Paulo: Augustus, 2000.
- GENOVESE, Z. K.; GENOVESE, T.A. Developing spousal relationship within stepfamilies. *Families in society: The Journal of Contemporary Human Services*, n.3, v.78, 1997, p. 255-263.
- GOMES, H. Família: comunidade como objeto de estudo. In: MACEDO, R. M. (Org). **Terapia familiar no Brasil: estado da arte**. São Paulo, 1995, p.273-287.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA)**. São Paulo, 2003.

- KASLOW, F. W.; SCHWARTZ, L. L. **As dinâmicas do divórcio**: uma perspectiva de ciclo vital. São Paulo: Editorial Psy, 1995.
- KELLEY, P. Family-centered practice with stepfamilies. **Families in Society: The Journal of Contemporary Human Services**. v.77, n.9, 1996, p.535-543.
- MALDONADO, M. T. **Casamento**: término e reconstrução. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia**: fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Moraes, 1994.
- MATARAZZO, M. H. **Amar é preciso**: os caminhos para uma vida a dois. São Paulo: Gente, 1992.
- MATARAZZO, M. H. **Encontros, desencontros e reencontros**. São Paulo: Editora Gente, 1996.
- MCGOLDRICK, M; CARTER, B. Constituindo uma família recasada. In: CARTER, B; MCGOLDRICK, M. (Orgs). **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 345-369.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MINUCHIN, S. **Famílias**: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- MINUCHIN, S.; NICHOLS, M. **A cura da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Instituto Piaget, 1990, p.35.
- NAFFAH NETO, A. Casamentos monogâmicos seqüenciais: organização psíquica do casal e dos filhos. In GOMES, P. B. (Org). **Vínculos amorosos contemporâneos**: psicodinâmica das novas estruturas familiares. São Paulo: Callis, 2003, p.45-56.
- NUNES, A. M. S. **A família e seu espaço**: uma proposta de terapia familiar. Rio de Janeiro: Agir, 1997.
- OCAMPO, M. L. S. **O processo diagnóstico**: as técnicas projetivas. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- OSÓRIO, L. C. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- OSÓRIO, L. C. **Casais e famílias**: uma visão contemporânea. Porto Alegre: Artmed, 2002.

- PARROTT, L. **Adolescentes em conflito**. São Paulo: Vida, 2003.
- RAMOS, M. Novas parcerias, novos conflitos. In: GOMES, P. B. (Org). **Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares**. São Paulo: Callis, 2003, p. 57-75.
- RICOTTA, L. **O vínculo amoroso: a trajetória da vida afetiva**. São Paulo: Agora, 2002.
- SAGER, C. J.; WALKER, L.; BROWNN, H. S.; RODSTEIN, E.; CROHN, H. **Treating the Remarried Family**. New York : Brunner/Mazel, 1983.
- SOUZA, A. M. A. **A família e seu espaço**. Rio de Janeiro: Agir, 1997.
- TONDO, C.T. Terapia Familiar: bases, caminhos percorridos e perspectivas. In: SOUZA, Y. S.; NUNES, M. L. T. (Orgs). **Família, organizações e aprendizagem: ensaios temáticos em psicologia**. Porto Alegre, PUC-RS, 1998, p.39-49.
- TRAVIS, S. Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento. **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro: PUC - Departamento de Psicologia, 2003.
- TURATO, E. G. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Rio de Janeiro-Petrópolis: Vozes, 2003.
- VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas - São Paulo: Papirus, 2002, p.30-220.
- VEIGA-DA-SILVA, C. E. Partindo alianças, rompendo laços e seguindo em frente: um estudo sobre o processo de separação conjugal. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro. PUC - Departamento de Psicologia, 1997.
- VISHER, E.; VISHER, J.; PASLEY, K.; RHODEN, L. Successful stepfamily therapy: client's perspective. **Marriage and Family Review**. v.12, n.1-2, 1996, p.191-207.
- WAGNER, A. Possibilidades e potencialidades da família: a construção de novos arranjos a partir do recasamento. In: WAGNER, A. (Org). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p.23-37.

- WAGNER, A.; SARRIERA, J. C. Características do relacionamento dos adolescentes em famílias originais e reconstituídas. In: FÉRES-CARNEIRO (Org). **Terapia casal e família: entre a tradição e a transformação**. Rio de Janeiro: Nau, 1999, p.26-43.
- WAGNER, A.; RIBEIRO, L.; ARTECHE, A.; BORNHOLDT, E. Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n.1, v.12,1999, p.147-156.
- WALDEMAR, J. O. Divórcio e recasamento: enfrentando o desconhecido. In: PRADO, L. C. (Org). **Famílias e terapeutas: construindo caminhos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p.173-188.
- WALLERSTEIN, J.; KELLY, J. **Sobrevivendo à separação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- WILLI, J. A construção diádica da realidade. In: ANDOLFI, M; ANGELO, C; SACCU, C. (Orgs). **O casal em crise**. São Paulo: Summus, 1995.
- WOODS, E. M. A. S. Um estudo sobre o recasamento no Brasil. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro: PUC. Departamento de Psicologia, 1987.
- ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos básicos das grupoterapias**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002, p.22-36.
- ZONABEND, F. Da família: olhar etnológico sobre o parentesco e a família. In: BURGUIÉR, A.; KLAPISCH-ZUBER, C.; SEGALEN, M.; ZONABEND, F. (Orgs). **História da família: mundos longínquos**. Lisboa: Terramar, 1996, p.14-23.

ANEXO 1

QUADRO DOS DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES

Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Naturalidade	Religião	Situação Empregatória	Nº e sexo dos filhos biológicos	Nº e sexo dos filhos do parceiro(a)
Roberto	74	Masc.	Superior Completo	Porto Alegre	Católica	Aposentado	2 filhos	1 filha adotiva de 15 anos
Tereza	58	Fem.	Superior Completo	Itaporanga (Paraíba)	Católica	Aposentada	Nenhum (1 filha adotiva de 15 anos)	2 filhos e (1 filha adotiva de 15 anos)
Lorena	39	Fem	Superior Completo	Recife	Agnóstica	Empresária	2 filhas de 16 e 17 anos e 1 filho de 14 anos	2 filhos de 12 e 15 anos
José	42	Masc.	Superior Completo	Recife	Ateu	Consultor	2 filhos de 12 e 15 anos	2 filhas de 16 e 17 anos e 1 filho de 14 anos
Elza	47	Fem.	Superior Completo	Recife	Católica	Advogada	1 filho de 24 anos e 1 filha de 21 anos	Nenhum
Sofia	54	Fem.	Superior Completo	Novo Hamburgo (RS)	Luterana	Psicóloga e Professora	2 filhas de 27 e 30 anos e (1 filho adotivo de 8 anos)	1 filho de 32 anos, 1 filha de 28 anos e (1 filho adotivo de 8 anos)
Ivan	54	Masc.	Superior Completo	Recife	Católica	Funcionário Público Estadual	1 filho de 4 anos e (4 filhos adotivos de 13, 15, 17 e 18 anos)	1 filho de 4 anos
Nayana	42	Fem.	2º grau Completo	Recife	Católica	Funcionária Pública Estadual	1 filha de 21 anos	2 filhas de 22 e 23 anos e 1 filho de 20 anos

ANEXO 2**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****TÍTULO DA PESQUISA: A ARTE DE RECOMEÇAR:
UMA COMPREENSÃO SOBRE A DINÂMICA DAS FAMÍLIAS RECASADAS**

Eu _____ abaixo assinado (a), dou meu consentimento livre e esclarecido para que participe como voluntário (a) do projeto de pesquisa supra-citado, sob a responsabilidade das pesquisadoras Juliana Monteiro Costa e Cristina Maria de Souza Brito Dias da Universidade Católica de Pernambuco.

Assinando este Termo de Consentimento estou ciente de que:

1. O objetivo da pesquisa é investigar como os casais recasados, há pelo menos dois anos, vivenciam essa experiência.
2. Durante o estudo responderei a uma entrevista semi-dirigida, realizada de forma individual
3. Estou livre para interromper a qualquer momento a participação na pesquisa, a não ser que esta interrupção seja contra-indicada por motivos médicos.
4. Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
5. Poderei contactar com o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, o qual encaminhará o procedimento necessário.

Recife-Pe, _____ de _____ de 2007.

(RG do participante).

Profª. Dra Cristina Maria de Souza Brito Dias
Orientadora - Psicóloga - CRP 02/670.
Juliana Monteiro Costa
Mestranda - Psicóloga – CRP 13200.

ANEXO 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Quais o(s) motivo(s) que o(a) levaram a recasar?
- 2) Quanto tempo decorreu entre seus casamentos?
- 3) Como se deu a adaptação dos diferentes membros da família?
- 4) Como tem sido administrada a família (o cuidado dos filhos, as visitas, autoridade da casa, etc.)?
- 5) Como se sente como participante de uma família recasada?
- 6) Quais são as suas expectativas para o futuro?
- 7) Gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre essa experiência?

Dados sócio-demográficos

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Naturalidade:

Religião:

Situação empregatícia:

Número e sexo do filhos biológico:

Número de filhos do(a) parceiro (a):

ANEXO 4

CATEGORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

1. Motivo(s) que levaram ao recasamento

- * Dificuldade de viver separado/ só
- * Necessidade de companhia para viver
- * Não houve motivo específico, ele simplesmente aconteceu
- * Oportunidade de reconstruir a vida/ reestruturação familiar
- * Envolvimento com outra pessoa/ amor
- * Recompensa de um casamento infeliz anteriormente
- * Desejo de ter um filho, o que não ocorreu no casamento anterior

2. Tempo decorrido entre os casamentos

- * Poucos meses (6 a 8)
- * Já estava com outra, inclusive grávida
- * Dois anos e meio
- * Dez anos
- * Um ano e meio

3. Adaptação dos diferentes membros da família

- * Difícil, porque os filhos ficam sempre do lado da mãe
- * Rejeição por parte dos filhos/ boicote (rejeitar comida, modos)
- * Duração de 2 a 4 anos
- * Os filhos não optam pelo recasamento e sim o casal
- * A adaptação entre os filhos da mesma idade é melhor
- * A autoridade do(a) parceiro(a) não pode ser imposta
- * A adaptação entre filhos adolescentes e adultos é difícil (medo, ciúme, regressão)
- * Mudança para uma nova casa para começar a vida familiar, inclusive de empregada
- * Permitir que cada um dos envolvidos construa seu próprio relacionamento

4. Administração da família

- * Os pais biológicos é que devem resolver os problemas dos filhos
- * Não houve problema porque os filhos já estavam casados
- * Na minha casa os filhos, meus ou dele, têm que respeitar.
- * As crianças têm múltiplos padrões de funcionamento familiar, regras horários e isso pode confundi-las, uma vez que transitam entre vários ambientes.
- * Afastamento do ex-cônjuge e dos seus familiares pode dificultar a relação com os filhos
- * Em geral a mãe é que assume os cuidados dos filhos e da casa
- * Diferença cultural, choque de opiniões, criação dos filhos exigem paciência, respeito, flexibilidade e maturidade do casal, caso contrário “queima a relação”.

5. Sentimentos experimentados por participar de uma família recasada

- * Felicidade
- * Ciúmes por parte dos filhos prejudica no início
- * Respeito ao espaço do outro e de cada um/ não interferir
- * Maturidade maior do casal/ outra forma de encarar a vida
- * Diálogo é fundamental no recasamento/ respeito
- * Relacionamento amigo/ companheiro/ intenso
- * Distância dos filhos por parte dos pais é dolorosa/ perda de poder
- * Não poder interferir na criação dos enteados é complicado
- * Oportunidade de ter filhos do outro sexo, no recasamento
- * Jogo de atenção a si mesmo, ao parceiro e à família/ delimitação de fronteiras é maior
- * Culpa pela separação influi/ afastamento dos amigos e familiares
- * Conseguir se restabelecer em todos os sentidos/ vitória por ter superado momentos difíceis

6. Expectativas para o futuro

- * Do velho é pouca. Aproveitar tudo o que pode
- * Viver ao lado do companheiro até o fim
- * Os momentos difíceis são fonte de crescimento
- * Ver os filhos crescerem, tomarem seu próprio caminho

- * Crise de adolescência e vestibular, muito estresse
- * Apoio para os filhos terem sua vida, preparo para o futuro
- * Curtir os netos
- * Estudar mais, sabedoria, desenvolver-se profissionalmente

7. Acréscimos sobre a experiência

- * O recasamento é um longo processo de adoção
- * É preciso delimitar bem os papéis
- * Família recasada é uma família estendida
- * Maturidade, tempo, disponibilidade, tolerância, calma, respeito pela diferença

ANEXO 5

TERMO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

Registro nº 25000-050953/2004-81 CONEP/CNS/MS, de 22/04/2004

Recife, 26 de setembro de 2006

PARECER Nº 119/2006 – CEP UNICAP

O Comitê, em reunião do dia 22 de setembro de 2006, considerou APROVADO, o Projeto de Pesquisa registrado com o CAAE-0074.0.096.000-06 (CEP-114/2006), intitulado:

“A ARTE DE RECOMEÇAR: uma compreensão sobre a dinâmica de famílias recasadas”, que tem, como pesquisadora principal:

Profa. Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias (PSICOLOGIA)

RESUMO DO PARECER

- O estudo não apresenta riscos de agravos éticos e está em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho de Saúde, com a Declaração do Helsinque e com o Código de Nuenberg para experimentação humana.

O Relatório Final deverá ser entregue em março / 2008, conforme cronograma apresentado no Projeto de Pesquisa aprovado.

Solicitamos a oportunidade para solicitar-lhe que, ao consultar o CEP UNICAP, indique o número do processo já referenciado.

Respeitosamente,

Prof. Dr. Junot Cornélio Matos
 Pró-reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão
 Universidade Católica de Pernambuco

Profa. Dra. Arminda Saconi Messias
 Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa
 Coordenadora de Pesquisa
 Universidade Católica de Pernambuco